



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Terra Santa



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Terra Santa (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2023, observase uma trajetória oscilante na taxa de pobreza nos três níveis territoriais analisados, com um pico significativo em 2022. No município de Terra Santa, a taxa partiu de cerca de 55,7% em 2019, mantendo-se relativamente estável até 2021, quando apresentou leve alta. Em 2022, houve um salto expressivo para 66,6%, seguido de uma queda em 2023 para 55,3%, retornando a patamares semelhantes ao início do período. Na Região de Integração Baixo Amazonas, a tendência foi semelhante, com valores pouco abaixo dos de Terra Santa: partiu de 53,8 % em 2019 e atingiu 59,7% em

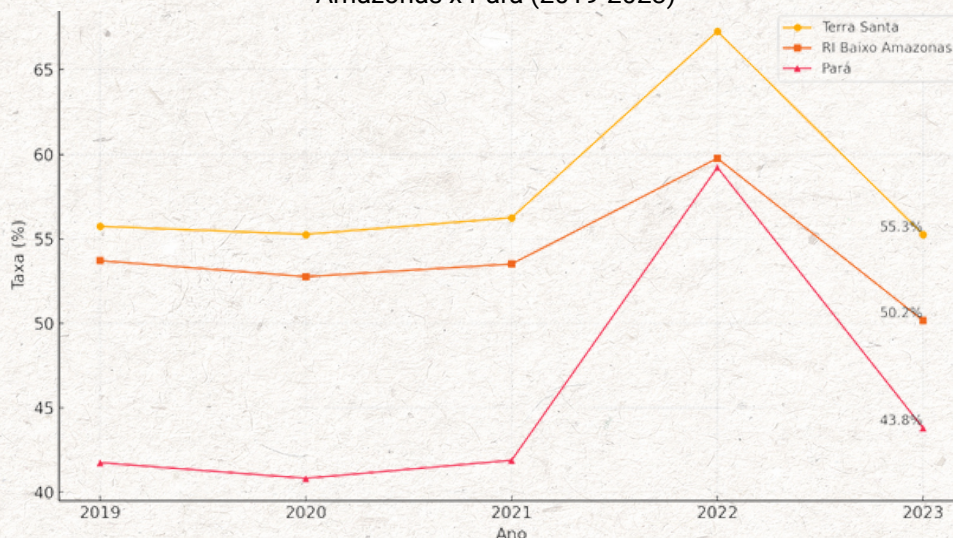
2022, retrocedendo para 50,2% em 2023 (Gráfico 1).

No contexto estadual, o Pará apresentou comportamento mais controlado, embora também com um pico em 2022. A taxa estadual variou entre 41,2% e 43,8% entre 2019 e 2023, com o ponto mais alto (59,0%) também em 2022, o que indica que o ano foi marcado por forte agravamento da pobreza em todo o estado, possivelmente refletindo os impactos socioeconômicos prolongados da pandemia de COVID-19. A recuperação em 2023, embora evidente, não levou todos os territórios ao patamar pré-2022, sugerin-

do persistência de vulnerabilidades, sobretudo nos municípios e regiões mais afastadas da capital e dos grandes centros (Gráfico 1).

É importante destacar que tanto Terra Santa quanto sua Região de Integração mantiveram taxas de pobreza constantemente superiores à média estadual em todos os anos, evidenciando desigualdades territoriais importantes. Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas regionalizadas e com foco no enfrentamento da pobreza estrutural, especialmente nos territórios da Amazônia paraense, onde a vulnerabilidade social se mostra mais intensa e persistente (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 55,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

A análise das despesas públicas com serviços essenciais revela dinâmicas distintas entre o município de Terra Santa, a RI Baixo Amazonas e o estado do Pará, sendo possível observar maior estabilidade nos níveis regional e estadual. Terra Santa iniciou o período com alocação de 52,9% do gasto público nessa categoria em 2019, sofreu uma leve queda em 2020, mas apresentou um salto expressivo em 2021, atingindo 60,3%. No entanto, essa elevação não se sustentou: os percentuais recuaram para 53,6% em 2022 e finalizaram em 54,3% em 2023, indicando certa

instabilidade na priorização orçamentária local (Gráfico 2).

A Região de Integração Baixo Amazonas apresentou uma composição de gastos muito mais estável, com variações mínimas: de 70,3% em 2019 para 70,4% em 2023, passando por pequenas oscilações em anos intermediários. Já o Pará, enquanto ente estadual, oscilou entre 59,4% (2022) e 62,8% (2019), com discreta recuperação em 2023, quando alcançou 60,9%. Essa estabilidade sugere maior previsibilidade na alocação de recursos essenciais nos níveis superiores de governo, contrastando com a maior

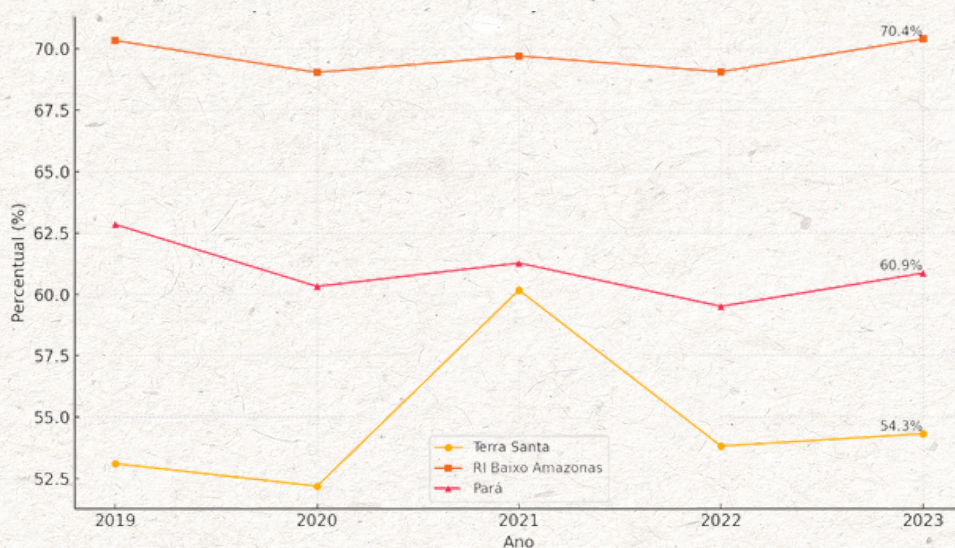
sensibilidade fiscal em municípios pequenos como Terra Santa (Gráfico 2).

A variação acentuada das despesas essenciais em Terra Santa pode refletir restrições fiscais, reorientações políticas ou dificuldades administrativas locais. Embora tenha havido esforço pontual em 2021 para elevar os investimentos em áreas prioritárias, a falta de continuidade em 2022 e 2023 pode ter comprometido a qualidade e a abrangência desses serviços. Esse comportamento reforça a importância de estratégias de planejamento plurianual e apoio técnico-financeiro aos

municípios, como forma de assegurar uma execução orçamentária alinhada às necessidades sociais mais urgentes (Gráfico 2).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 54,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

A prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou tendência de alta entre 2019 e 2023 nos três recortes territoriais analisados. No município de Terra Santa, o indicador partiu de 5,8% em 2019, atingiu seu menor valor em 2020 (4,6%) e, a partir de então, iniciou trajetória ascendente, culminando em 6% em 2023. Embora tenha se mantido abaixo da média estadual ao longo de todo o período, a elevação do índice entre 2021 e 2022, quando atingiu 6,7%, chama atenção e pode refletir impactos de fatores socioeconômicos ou estruturais no cuidado pré-natal e nas condições de nascimento (Gráfico 3).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comporta-

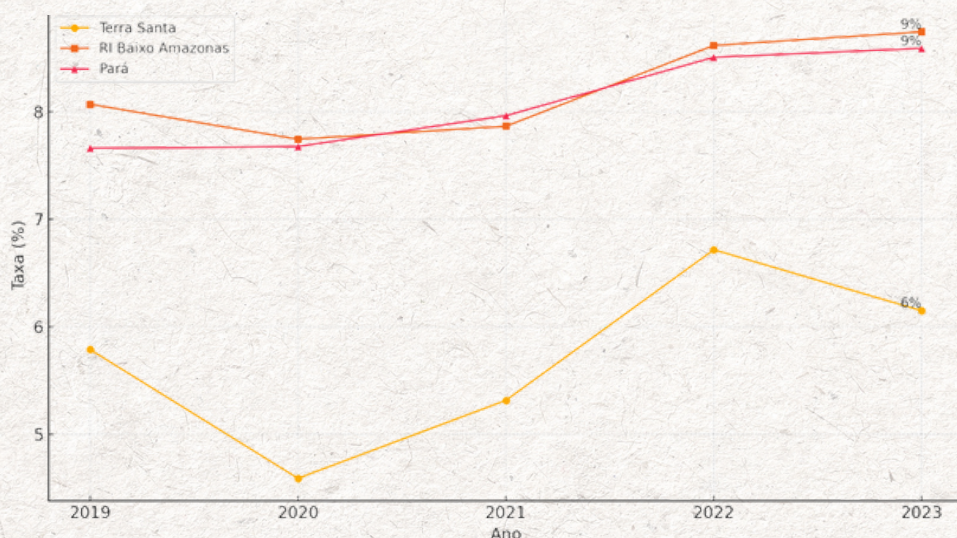
mento foi semelhante ao estadual: a taxa caiu de 8,1% em 2019 para 7,7% em 2020, mas subiu de forma contínua até atingir 9% em 2023. O mesmo padrão foi observado no estado do Pará, que começou com 7,6% em 2019 e encerrou o período também em 9%. A convergência das taxas nos três níveis em 2023 sugere uma homogeneização preocupante do problema, com aumento da prevalência até mesmo em áreas que historicamente apresentavam desempenho mais positivo (Gráfico 3).

O aumento gradual desse indicador pode estar relacionado a fatores como insegurança alimentar, redução na cobertura ou qualidade do pré-natal, e desigualdade no aces-

so aos serviços de saúde materno-infantil. Mesmo em contextos em que o indicador permaneceu abaixo da média estadual (como em Terra Santa), a tendência de alta aponta para a necessidade de políticas públicas voltadas à primeira infância, com especial atenção ao acompanhamento de gestantes e à melhoria das condições socioeconômicas das famílias em situação de vulnerabilidade (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

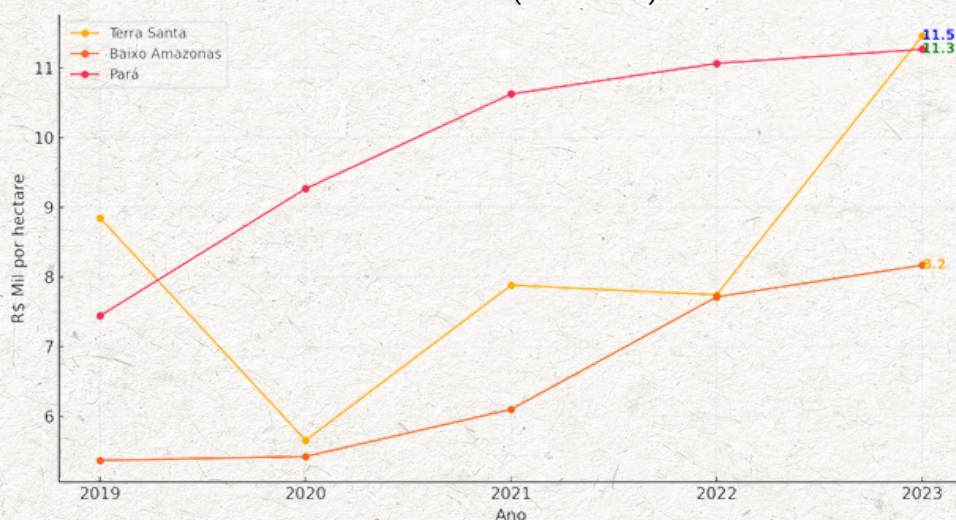
A produtividade agrícola, medida em valor monetário por hectare cultivado, apresentou crescimento significativo no estado do Pará entre 2019 e 2023, partindo de R\$ 8,8 mil/ha em 2019 para R\$ 11,5 mil/ha em 2023. Esse aumento contínuo reflete avanços em tecnologia agrícola, ampliação de áreas produtivas com maior valor agregado e maior inserção no mercado. Esse desempenho positivo é acompanhado por uma tendência semelhante na Região de Integração Baixo Amazonas, que saiu de R\$ 5,3 mil/ha em 2019 e alcançou R\$ 8,2 mil/ha em 2023, embora com valores consistentemente inferiores à média es-

tadual (Gráfico 4).

No município de Terra Santa, a trajetória da produtividade foi marcada por forte oscilação. Em 2019, o valor era elevado (R\$ 8,9 mil/ha), mas caiu drasticamente em 2020 para R\$ 5,7 mil/ha. A partir daí, houve uma recuperação gradual, atingindo um pico expressivo em 2023 (R\$ 11,3 mil/ha), valor que se equipara ao desempenho estadual. Essa retomada acentuada no último ano sugere a adoção de melhorias técnicas ou a valorização de culturas agrícolas específicas com maior retorno econômico, mesmo que ainda não represente uma tendência consolidada (Gráfico 4).

Apesar das diferenças iniciais, o fato de os três níveis territoriais apresentarem crescimento da produtividade agrícola é um sinal positivo para a economia local e regional. No entanto, a oscilação observada em Terra Santa evidencia a vulnerabilidade da produção agrícola a choques externos, climáticos ou de gestão. O fortalecimento da assistência técnica rural, o acesso ao crédito agrícola e a infraestrutura de escoamento da produção são fatores que podem garantir maior estabilidade e sustentabilidade ao desempenho produtivo nos próximos anos (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 11,5 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

A taxa de mortalidade infantil no município de Terra Santa apresentou grande oscilação no período analisado. Em 2019 e 2020, o indicador manteve-se estável em torno de 3 mortes por mil nascidos vivos, refletindo um bom desempenho em relação aos padrões regionais. No entanto, em 2021 houve um salto significativo para 13, e em 2022 o indicador alcançou o pico de 30 mortes por mil nascidos vivos. Essa elevação brusca pode estar relacionada à sobrecarga do sistema de saúde em decorrência da pandemia de COVID-19, interrupções no pré-na-

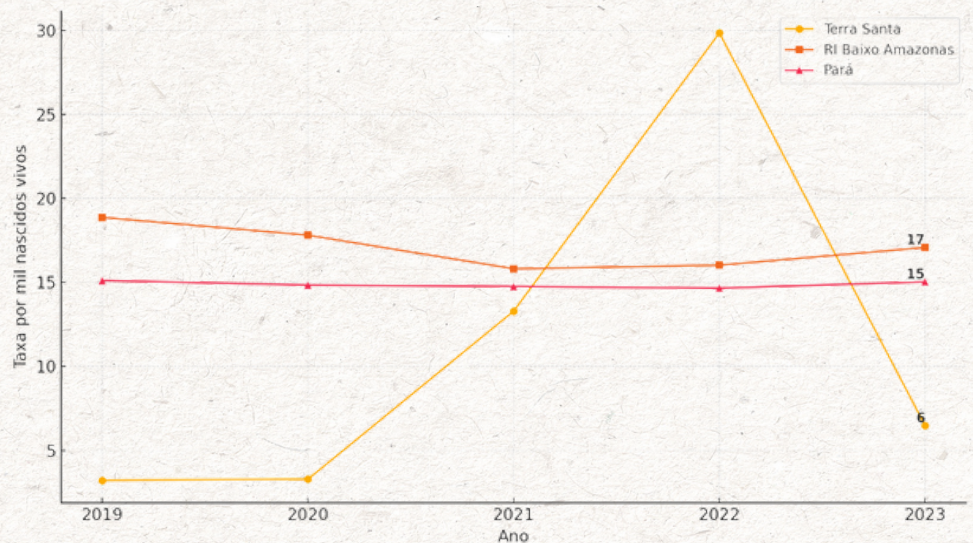
tal e partos de risco em regiões com baixa cobertura de atenção básica. Em 2023, a taxa caiu de forma expressiva para 6, sinalizando possível retomada da normalidade nos serviços de saúde (Gráfico 5).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento do indicador foi mais estável, com redução de 18,9 em 2019 para 16,1 em 2021, e leve alta nos anos seguintes, chegando a 17 em 2023. Apesar da estabilidade relativa, os valores permaneceram elevados ao longo de todo o período, indicando persistência de fatores estruturais que comprometem a saúde neonatal, como baixa densidade médica, distância de centros especializados e precariedade no atendimento em áreas ribeirinhas e rurais (Gráfico 5).



Já no estado do Pará, a taxa apresentou variações discretas: de 15 em 2019 para 14,7 em 2021 e 15,1 em 2023, o que evidencia uma tendência de manutenção do indicador em patamares ainda altos para os padrões nacionais. A estabilidade estadual contrasta com a volatilidade de municípios como Terra Santa, evidenciando desigualdades territoriais. Esse cenário reforça a importância de estratégias regionais específicas para reduzir a mortalidade infantil, com ênfase na ampliação da cobertura de atenção primária, qualificação do pré-natal e estruturação das maternidades (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

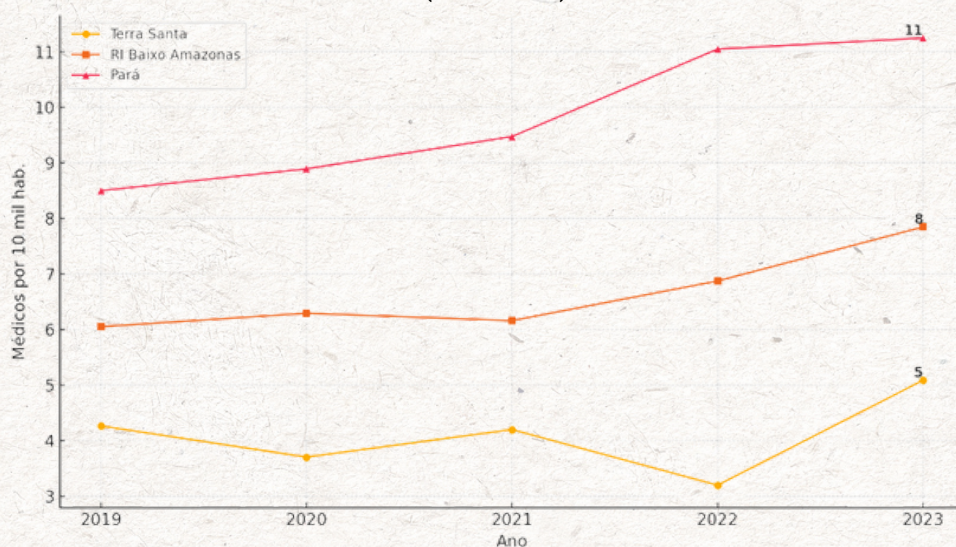
O número de médicos por 10 mil habitantes em Terra Santa variou entre 4,2 em 2019 e 5 em 2023, mantendo-se consistentemente abaixo da média estadual e regional. O menor valor foi registrado em 2022 (3,2), ano marcado por elevada taxa de mortalidade infantil, o que pode indicar correlação entre a escassez de profissionais e os desfechos negativos em saúde. A recuperação em 2023, ainda que tímida, representa um avanço, mas o patamar permanece insuficiente para garantir cobertura adequada à população, sobretudo em contextos geográficos de difícil acesso como os da Amazônia (Gráfico 6).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, a disponibilidade de médicos aumentou gradativamente, passando de 6,1 em 2019 para 8 profissionais por 10 mil habitantes em 2023. Esse crescimento progressivo aponta esforços de interiorização da saúde ou reposição de vagas em programas federais como o Mais Médicos. Apesar disso, a densidade médica ainda está distante da recomendada pela Organização Mundial da Saúde, que sugere 10 médicos por 10 mil habitantes como parâmetro mínimo para cobertura efetiva (Gráfico 6).



O estado do Pará apresentou a evolução mais expressiva do indicador, saindo de 8,6 médicos em 2019 para 11 em 2023. Esse desempenho reflete políticas de provimento de profissionais, além da maior concentração de médicos em áreas urbanas e polos regionais como Belém. A comparação entre os níveis territoriais mostra um desequilíbrio estrutural, onde municípios de pequeno porte, como Terra Santa, enfrentam maiores dificuldades em atrair e fixar profissionais de saúde. A superação dessas desigualdades demanda incentivos específicos, como políticas de carreira, infraestrutura adequada e mecanismos de contratação compatíveis com a realidade local (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

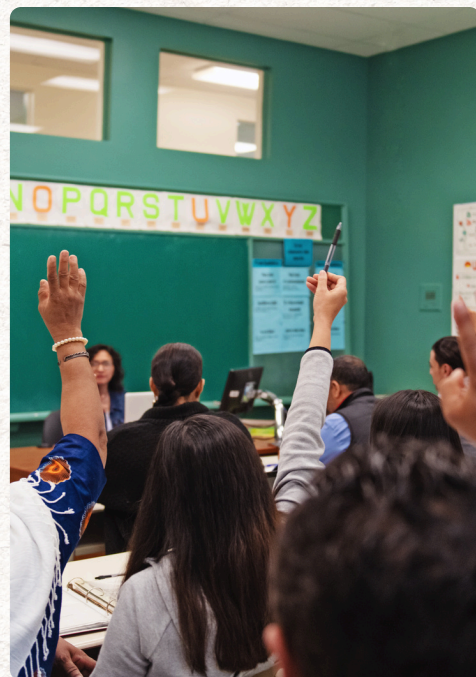
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de vagas no ensino público por mil habitantes apresentou comportamento decrescente nos três níveis territoriais analisados. No município de Terra Santa, o indicador começou com 251 vagas por mil habitantes em 2019, crescendo de forma gradual até atingir o pico de 263 em 2022. Contudo, em 2023 houve uma queda acentuada para 246 vagas, o que pode refletir redução na oferta educacional, fechamento de turmas, reorganização da rede ou diminuição populacional relativa à faixa escolar (Gráfico 7).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o desempenho foi mais elevado no início da série, com 277 vagas por mil habitantes, mantendo-se es-

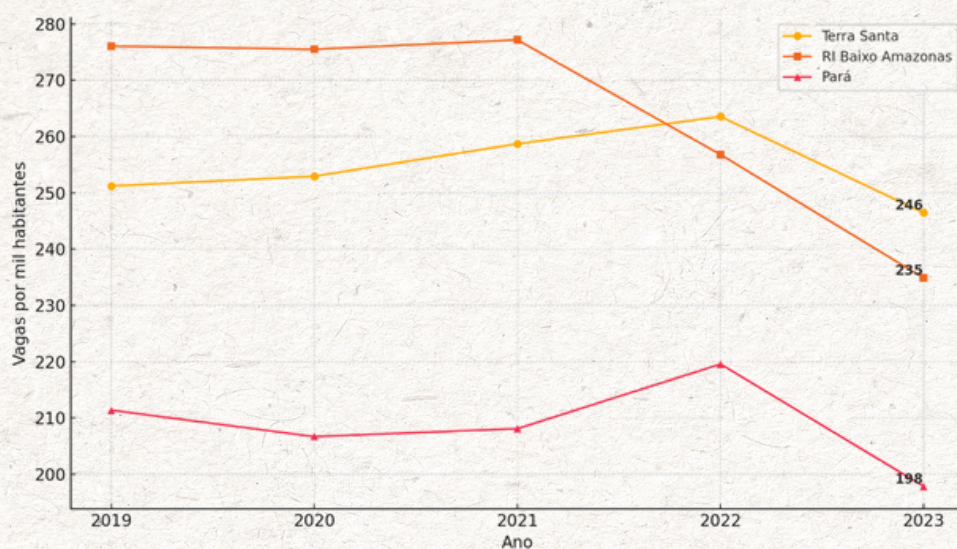
tável até 2021 e apresentando declínio significativo a partir de 2022. O indicador caiu para 258 em 2022 e desceu ainda mais em 2023, alcançando 235. Essa retração pode estar ligada a desafios de financiamento da educação pública, mudanças no perfil demográfico ou na capacidade de atendimento da rede escolar regional (Gráfico 7).

No estado do Pará, o número de vagas por mil habitantes oscilou entre 211 em 2019 e 220 em 2022, retornando a 198 em 2023 — o menor valor do período. O comportamento sugere um esforço de ampliação temporária da oferta, possivelmente em resposta ao retorno das atividades presenciais pós-pandemia, segui-



do de ajuste ou retração orçamentária no último ano. A queda observada em todos os níveis em 2023 merece atenção quanto ao planejamento educacional e à garantia do direito à educação pública e gratuita para a população (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 246 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

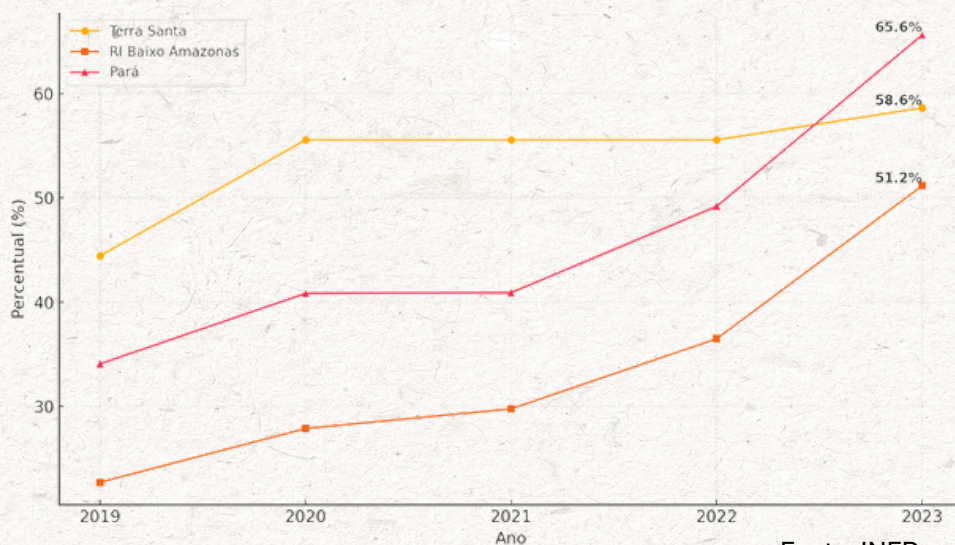
O indicador que mede o percentual de escolas com acesso à internet apresentou trajetória crescente entre 2019 e 2023 nos três níveis territoriais. No município de Terra Santa, o percentual era de 44,8 % em 2019, subindo significativamente para 55,6% em 2020 e mantendo-se nesse patamar até 2022. Em 2023, houve um novo avanço, com o indicador chegando a 58,6%, sinalizando continuidade nos investimentos em infraestrutura digital, embora em ritmo mais lento em relação ao restante do estado (Gráfico 8).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o percentual partiu de um nível mais baixo (22,3% em 2019), mas apresentou forte crescimento ao longo do período. Em 2023, mais da metade das escolas da RI já possuíam acesso à internet (51,2%), o que representa um progresso expressivo e consistente com as políticas públicas que buscam garantir conectividade escolar, especialmente após a pandemia de COVID-19 e a adoção do ensino remoto emergencial (Gráfico 8).

O estado do Pará apresentou

a evolução mais acentuada e consistente, partindo de 34,3% em 2019 e alcançando 65,6% em 2023. Esse desempenho demonstra um avanço significativo na digitalização da rede de ensino, fundamental para ampliar o acesso à informação, melhorar os processos pedagógicos e reduzir desigualdades regionais. A superação da média de conectividade de Terra Santa e da RI Baixo Amazonas em 2023 mostra que, embora o estado tenha avançado de forma geral, subsistem desigualdades na velocidade de implementação entre diferentes territórios (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 58,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



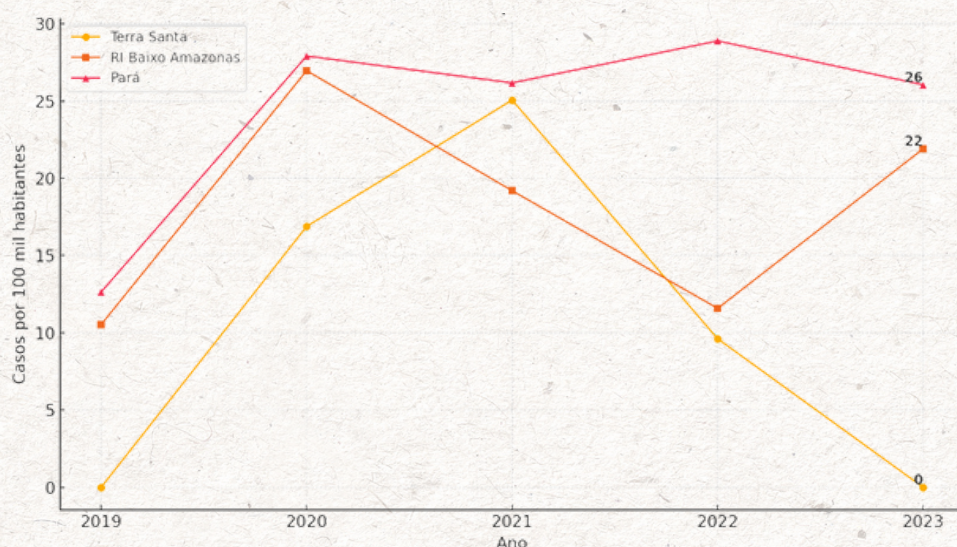
O indicador de violência contra a mulher por parceiros íntimos, medido em casos por 100 mil habitantes, apresentou forte oscilação em Terra Santa. O município iniciou o período com ausência de casos registrados em 2019, seguidos por um aumento expressivo em 2020 (17 casos) e um pico em 2021, com 25 casos por 100 mil habitantes. A partir de 2022, observou-se uma queda acentuada, atingindo novamente zero em 2023. Essa trajetória pode indicar variações na notificação dos casos, sub-registro, mudanças nas políticas locais de atendimento ou flutuações reais na violência doméstica, mas também levanta dúvidas sobre a consistência dos dados reportados (Gráfico 9).



Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi mais regular, com uma elevação acentuada entre 2019 e 2020 (de 10,5 para 27 casos), seguida por uma redução até 2022 (12 casos) e uma retomada do crescimento em 2023, atingindo 22 casos. A volatilidade observada pode refletir tanto maior conscientização e denúncias, quanto instabilidade nos serviços de proteção e acolhimento das vítimas. A tendência de alta ao final da série demanda atenção especial quanto à efetividade da rede de enfrentamento à violência de gênero na região (Gráfico 9).

Já no estado do Pará, o indicador seguiu tendência de crescimento mais sustentado, passando de 12,7 casos em 2019 para o pico de 29 em 2022, com uma leve retração para 26 casos em 2023. Esse padrão sugere um aumento real ou uma maior capacidade de notificação nos órgãos de segurança e assistência. Apesar da queda recente, os patamares permanecem elevados, exigindo políticas permanentes de combate à violência de gênero, expansão das delegacias especializadas, campanhas educativas e garantia de proteção às vítimas em todas as regiões do estado (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Terra Santa, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres começou em um patamar elevado (70% em 2019), atingiu o ápice em 2020 (77%) e apresentou declínio contínuo a partir de então, chegando a 62,1% em 2023. Ainda que o município mantenha percentuais superiores aos demais recortes territoriais, a queda de 15 pontos percentuais ao longo do período pode indicar retrocessos em políticas de equidade de gênero ou mudanças estruturais no perfil ocupacional do setor público e privado local (Gráfico 10).

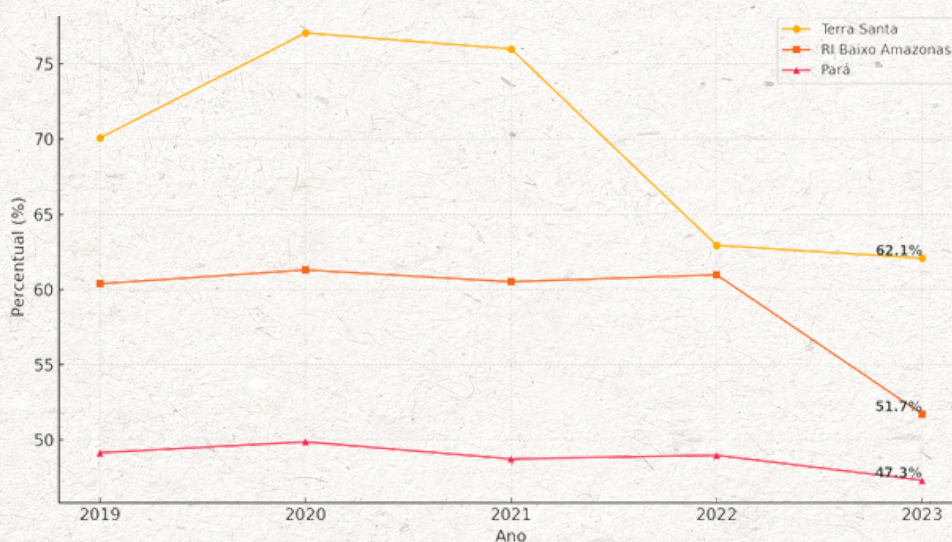


Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador se manteve relativamente estável ao longo dos cinco anos, variando entre 60,4% (2019) e 51,7% (2023). A leve redução nos anos mais recentes sugere que, embora as mulheres estejam presentes em cargos de gestão na região, ainda existe uma desigualdade persistente, possivelmente relacionada a barreiras institucionais e culturais no acesso a posições de liderança (Gráfico 10).

No estado do Pará, o percentual de mulheres em cargos gerenciais partiu de um nível mais

baixo, com 49% em 2019, alcançando 49,8% em 2020 e retornando à queda, finalizando em 47,3% em 2023. A estagnação e posterior recuo no indicador indicam uma limitada capacidade do estado em promover a paridade de gênero nos espaços decisórios. Esses dados apontam a necessidade de adoção de ações afirmativas, programas de capacitação, estímulo à liderança feminina e fiscalização da igualdade de oportunidades nos processos de recrutamento e promoção, tanto no setor público quanto no privado (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 62,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

O percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto em Terra Santa apresentou evolução tímida e persistente ao longo do período. Em 2019, apenas 0,2% dessa população contava com esse serviço, e, até 2023, esse número subiu para 0,6%. Apesar do crescimento percentual, os valores absolutos continuam extremamente baixos, revelando uma grave exclusão no atendimento a essa parcela da população. Essa baixa cobertura compromete a saúde pública e a dignidade humana, além de indicar falhas estruturais na priorização do saneamento em contextos de vulnerabilidade social (Gráfico 11).

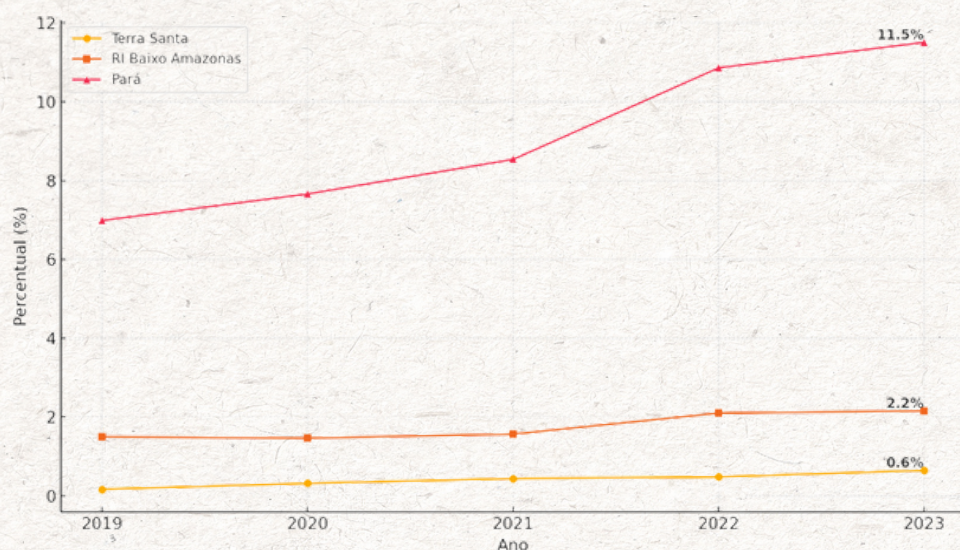
Na Região de Integração Baixo Amazonas, o cenário é um pouco mais favorável, ainda que bastante limitado. O percentual partiu de 1,5% em 2019 e atingiu 2,2% em 2023, mantendo níveis baixos ao longo de toda a série histórica. A melhoria gradual observada entre 2021 e 2022 pode estar associada a programas estaduais de infraestrutura ou a políticas federais de combate à desigualdade, mas o ritmo de expansão ainda está muito aquém do necessário para garantir a universalização do saneamento básico (Gráfico 11).

No estado do Pará, os avanços foram mais expressivos. A proporção da população de baixa renda com coleta de esgoto subiu de 7% em 2019 para 11,5% em 2023, com destaque para a forte elevação entre 2021 e 2022. Esse crescimento pode refletir investimentos concentrados em áreas urbanas maiores e nos centros regionais, mas também revela disparidades marcantes quando comparado aos dados da RI Baixo Amazonas e, especialmente, de municípios como Terra Santa. A distância entre os territórios indi-



dica a urgência de políticas públicas focalizadas, com estratégias de regionalização e subsídios para atender comunidades periféricas e rurais (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O gasto municipal per capita com saneamento básico em Terra Santa apresentou uma trajetória de queda acentuada e descontinuidade. Em 2019, o município investia R\$ 65 por habitante, mas esse valor foi reduzido a apenas R\$ 18 em 2021, com breve recuperação para R\$ 27 em 2022. Em 2023, no entanto, o investimento chegou a zero, o que é alarmante diante da já precária situação de cobertura dos serviços. A ausência de alocação orçamentária em 2023 pode refletir restrições fiscais, prioridades equivocadas ou descontinuidade administrativa, comprometendo a execução de políticas estruturantes em saneamento (Gráfico 12).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, os investimentos também foram historicamente baixos, com queda en-

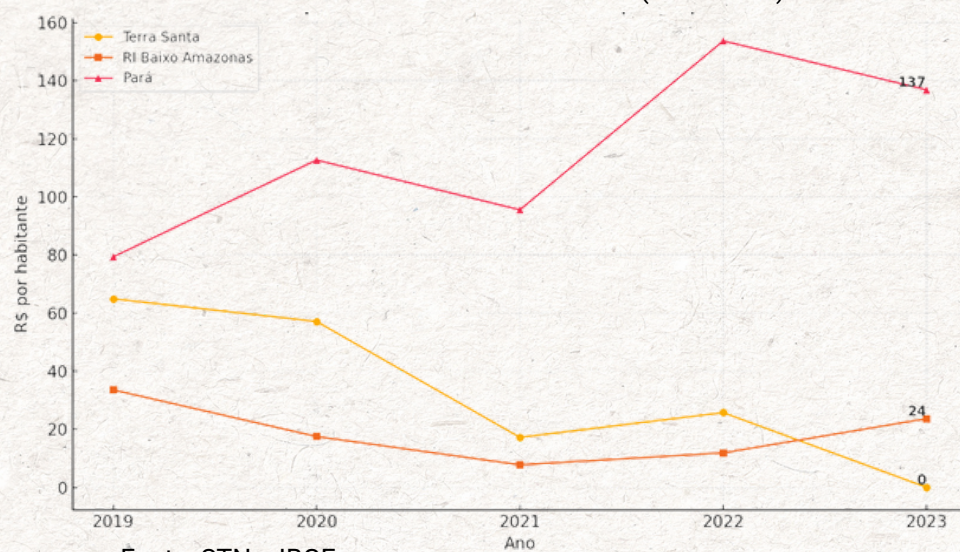
tre 2019 (R\$ 33) e 2021 (R\$ 7), seguida por leve aumento para R\$ 24 em 2023. Embora os gastos tenham se mantido positivos, a variação limitada e os valores relativamente baixos não condizem com a complexidade dos desafios enfrentados pela região, como dispersão territorial, dificuldade logística e carência de infraestrutura básica (Gráfico 12).

Em contrapartida, o estado do Pará demonstrou um padrão de investimento significativamente superior ao dos demais níveis, partindo de R\$ 80 per capita em 2019 e alcançando R\$ 137 em 2023, com picos de R\$ 114 em 2020 e R\$ 152 em 2022. Essa performance pode estar atrelada a grandes projetos de infraestrutura urbana, repasses federais e à centralização de recur-

sos em municípios polos. Ainda assim, os investimentos estaduais não se traduziram em resultados uniformes para todo o território, como demonstrado pelos baixos percentuais de atendimento à população de baixa renda em regiões específicas. Isso reforça a importância de articulação entre esferas de governo para promover investimentos direcionados e mais equitativos (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



Entre 2019 e 2023, o consumo de energia elétrica per capita em Terra Santa apresentou uma trajetória de crescimento contínuo. O consumo partiu de 727 kWh/hab. em 2019, avançando gradualmente até alcançar 958 kWh/hab. em 2023. Esse aumento consistente pode refletir maior acesso à eletricidade, ampliação da infraestrutura energética, aquisição de novos eletrodomésticos pela população e expansão de atividades econômicas residenciais e comerciais que demandam maior consumo elétrico (Gráfico 13).

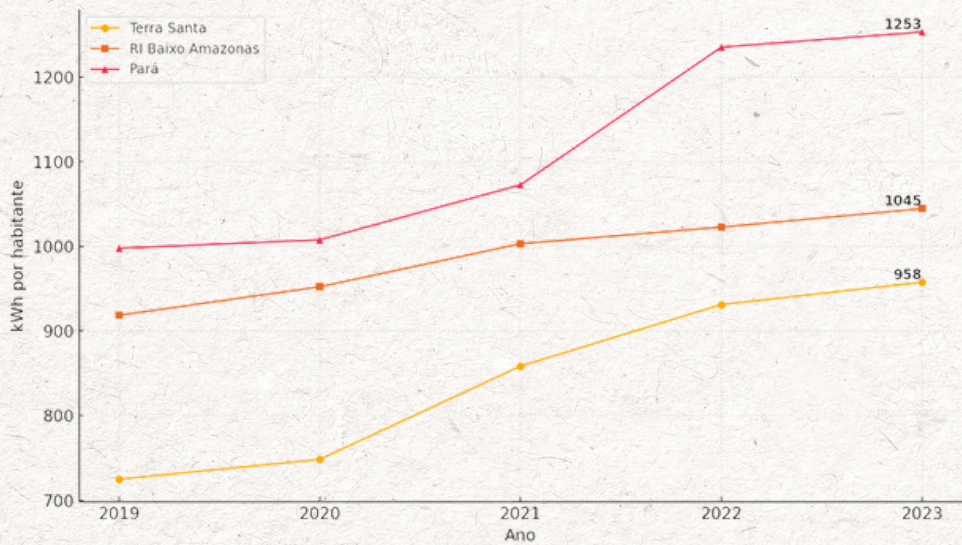
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



Na Região de Integração Baixo Amazonas, o consumo também cresceu, mas de forma mais moderada. A taxa partiu de 919 kWh/hab. em 2019 e chegou a 1.045 kWh/hab. em 2023, com aumentos sucessivos ao longo do período. O ritmo de crescimento é indicativo de avanços na regularização do serviço e melhoria na cobertura da rede elétrica, embora o valor ainda permaneça abaixo da média nacional. Esse comportamento revela que, mesmo em regiões interioranas, o acesso e o uso da energia estão se tornando mais amplos, acompanhando o processo de urbanização e melhoria nas condições de vida (Gráfico 13).

No estado do Pará, o indicador demonstrou o desempenho mais expressivo, saindo de 998 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023, com destaque para o salto observado entre 2021 e 2022. Esse avanço pode estar relacionado a investimentos em redes de distribuição e à crescente eletrificação de zonas rurais e urbanas, especialmente a partir de políticas públicas voltadas à universalização da energia. Ainda assim, é importante observar se esse crescimento foi acompanhado por fontes limpas e tarifas acessíveis, especialmente para as populações de baixa renda (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 958 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

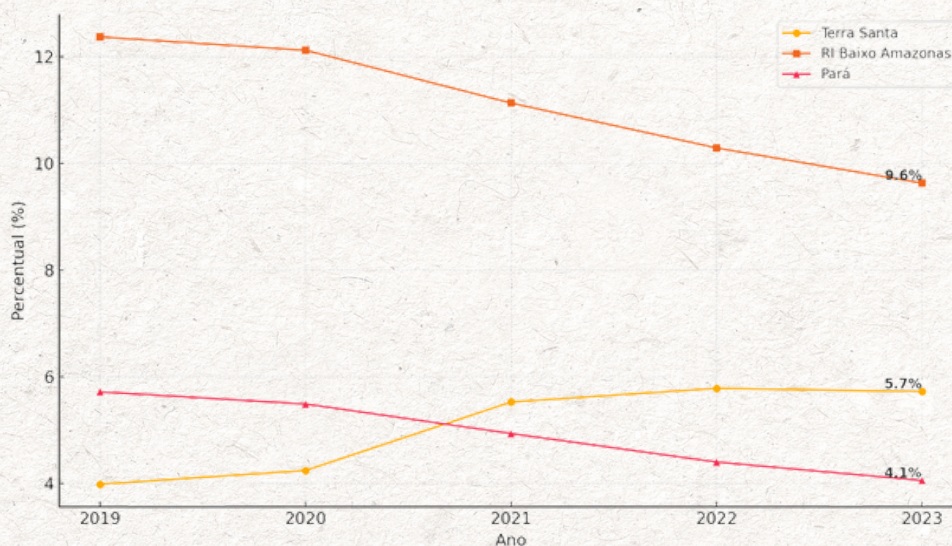
O percentual de domicílios de baixa renda que utilizam fontes fósseis para iluminação, como lâmparas ou querosene, teve comportamentos contrastantes entre os territórios analisados. Em Terra Santa, o indicador apresentou elevação ao longo do período: partiu de 4,0% em 2019 e atingiu 5,7% em 2023, com pico em 2022 (5,8%). Esse crescimento é preocupante, pois indica retrocesso no acesso pleno à eletricidade entre as famílias mais vulneráveis, mesmo em um contexto geral de aumento no consumo per capita. A coexistência desses dois movimentos sugere desigualdade no padrão de acesso à energia dentro do próprio município (Gráfico 14).

Na RI Baixo Amazonas, o percentual foi consistentemente o mais alto dos três recortes, embora com tendência de queda. Em 2019, 12,4% dos domicílios de baixa renda ainda usavam iluminação fóssil, valor que caiu para 9,6% em 2023. A redução progressiva indica avanços importantes em termos de infraestrutura e inclusão energética, mas os níveis ainda elevados mostram que a região continua enfrentando dificuldades logísticas e orçamentárias para promover a universalização da eletricidade, especialmente em comunidades isoladas (Gráfico 14).

No estado do Pará, o indicador também apresentou tendência de queda, com resultados mais favoráveis: passou de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023. A trajetória descendente pode refletir o sucesso de políticas estaduais ou federais como o programa "Luz para Todos", além de ações regionais de eletrificação rural. No entanto, mesmo com a melhoria, o dado reforça que ainda há um contingente relevante de famílias em situação de vulnerabilidade energética, exigindo atenção contínua do poder público para garantir o acesso universal, seguro e sustentável à eletricidade (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Empregos Formais por Mil Habitantes

Empregos por mil habitantes em 2019 para 122 em 2023. Essa evolução indica uma tendência consistente de formalização da força de trabalho, possivelmente impulsionada por setores como serviços públicos, comércio regional e cadeias produtivas extrativistas e agropecuárias. O crescimento da região superou o desempenho municipal de Terra Santa durante todo o período, sugerindo uma base econômica mais robusta e articulada em escala regional (Gráfico 15).

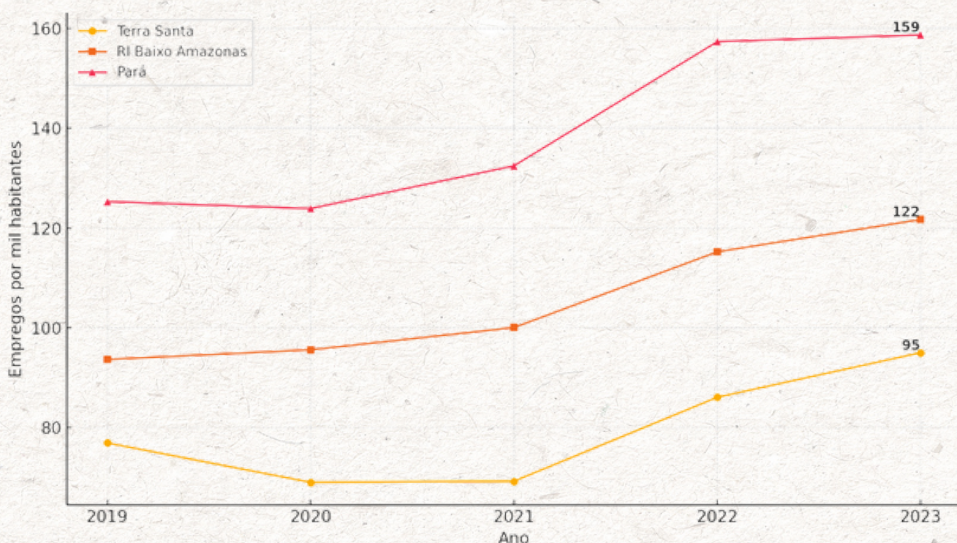
Já no estado do Pará, o indicador subiu de 125 para 159 empregos formais por mil habitantes entre 2019 e 2023, com um salto expressivo entre 2021 e 2022. Essa performance reflete uma dinâmica de expansão econômica mais ampla, potencialmente influenciada por investimentos em grandes

Entre 2019 e 2023, o indicador de empregos formais por mil habitantes apresentou uma trajetória ascendente nos três níveis territoriais analisados, embora com ritmos diferenciados. Em Terra Santa, o número caiu de 77 para 69 entre 2019 e 2020, mantendo-se estável em 2021, e depois passou por uma recuperação expressiva, chegando a 95 empregos formais por mil habitantes em 2023. Esse crescimento recente sinaliza uma possível retomada da atividade econômica local e expansão do mercado formal de trabalho, após um período inicial de retração possivelmente ligado à pandemia de COVID-19 (Gráfico 15).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi mais estável e progressivo, passando de 94 em-



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

projetos de infraestrutura, mineração e logística, além de políticas públicas voltadas à geração de emprego e renda. Apesar dos avanços registrados no município e na RI, a distância em relação à média estadual ainda é significativa, o que reforça a necessidade de estratégias mais localizadas de incentivo ao emprego formal nos territórios com menor densidade produtiva (Gráfico 15).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 95 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



Entre 2018 e 2022, o PIB per capita em Terra Santa apresentou uma trajetória marcada por oscilações. O município iniciou o período com um valor relativamente elevado (R\$ 27.510), mas sofreu quedas sucessivas até 2020 (R\$ 22.983), o que pode refletir impactos econômicos locais decorrentes da desaceleração nacional e da crise provocada pela pandemia. Em 2021, houve uma retomada significativa (R\$ 27.298), mas a recuperação não se sustentou em 2022,

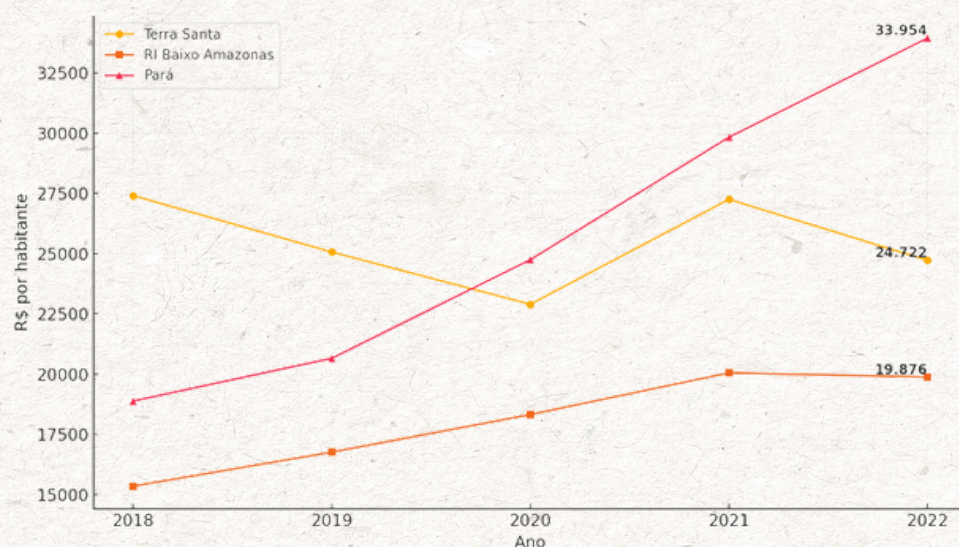
quando o indicador caiu novamente para R\$ 24.722. Essa instabilidade pode indicar dependência de setores econômicos voláteis, como agropecuária ou extrativismo, sujeitos a sazonalidade e flutuações de mercado (Gráfico 16).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o PIB per capita evoluiu de forma mais linear e ascendente, saindo de R\$ 15.280 em 2018 para R\$ 19.876 em 2022. Essa progressão constante pode indicar uma base econômica mais diversificada ou uma expansão gradual de atividades produtivas regionais. Apesar da evolução positiva, o valor final ainda permanece inferior ao de Terra Santa e ao do estado do Pará, refletindo desigualdades interterritoriais que persistem mesmo com o crescimento relativo (Gráfico 16).



O desempenho mais expressivo foi observado no estado do Pará, que passou de um PIB per capita de R\$ 18.926 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022. Esse crescimento vigoroso – quase dobrando em cinco anos – está provavelmente associado ao fortalecimento de grandes cadeias industriais de base, como mineração e energia, que têm forte peso na economia estadual, especialmente após 2020. A disparidade entre o crescimento estadual e os níveis municipais e regionais indica que boa parte da riqueza gerada no estado pode estar concentrada em poucos polos econômicos, com limitada distribuição entre os territórios (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 24.722/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



O Valor Adicionado da Indústria como proporção do PIB em Terra Santa começou elevado em 2018 (60,7%) e oscilou pouco ao longo dos anos, encerrando em 2022 com 56%. Apesar da leve queda, o município manteve-se com uma economia fortemente industrializada, em comparação com a média estadual e regional. Essa estrutura pode estar vinculada à presença de agroindústrias, atividades de transformação ou até mesmo extrativismo com processos de beneficiamento local. No entanto, a ligeira retração pode indicar desafios na competitividade ou no crescimento do setor em relação a outras ati-

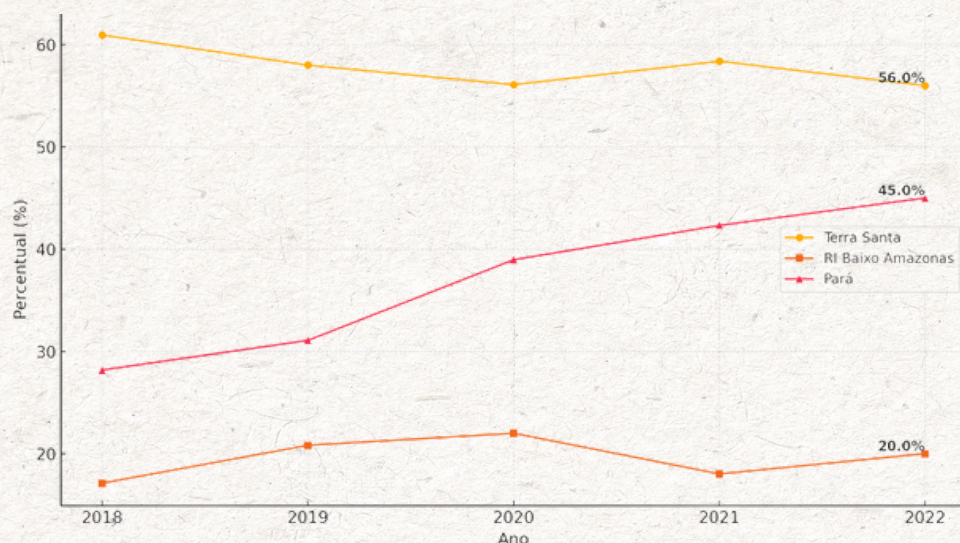
vidades econômicas (Gráfico 17).

Na RI Baixo Amazonas, o setor industrial representa uma parcela muito menor do PIB, ainda que com leve crescimento no período. O indicador subiu de 17,1% em 2018 para 20% em 2022, com pico em 2020 (22,1%). Esses dados sugerem que, embora a indústria esteja ganhando alguma relevância regional, sua participação ainda é modesta em relação a outros setores, como o de serviços e administração pública. O crescimento pode estar relacionado à ampliação de pequenas indústrias locais ou ao processamento de produtos agroextrativistas na região (Gráfico 17).

No estado do Pará, o valor adicionado da indústria passou de 28,3% em 2018 para 45% em 2022, evidenciando uma transformação significativa na composição da economia estadual. Esse aumento pode ser atribuído à intensificação da atividade mineral, siderúrgica e de energia, que vêm ganhando destaque como motores de crescimento no estado. A aceleração desse setor está em consonância com a elevação do PIB per capita estadual no mesmo período, sugerindo que a indústria tem sido o principal vetor de expansão econômica. Contudo, o desafio permanece em tornar esse crescimento mais inclusivo e descentralizado para os demais territórios do estado (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 56%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes em Terra Santa apresentou uma trajetória marcada por relativa estabilidade nos primeiros anos, seguida de uma forte elevação a partir de 2022. O indicador começou com 15,4 profissionais em 2019, sofreu uma queda até 2020 (13,5), manteve-se praticamente constante em 2021, e então deu um salto expressivo, alcançando 21,2 em 2022 e 22 em 2023.



Esse crescimento recente pode indicar um esforço local de valorização da pesquisa, atração de profissionais qualificados ou até políticas públicas voltadas à educação e à inovação científica no município (Gráfico 18).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador partiu de um patamar mais baixo e cresceu de forma mais gradual. Eram cerca de 10,6

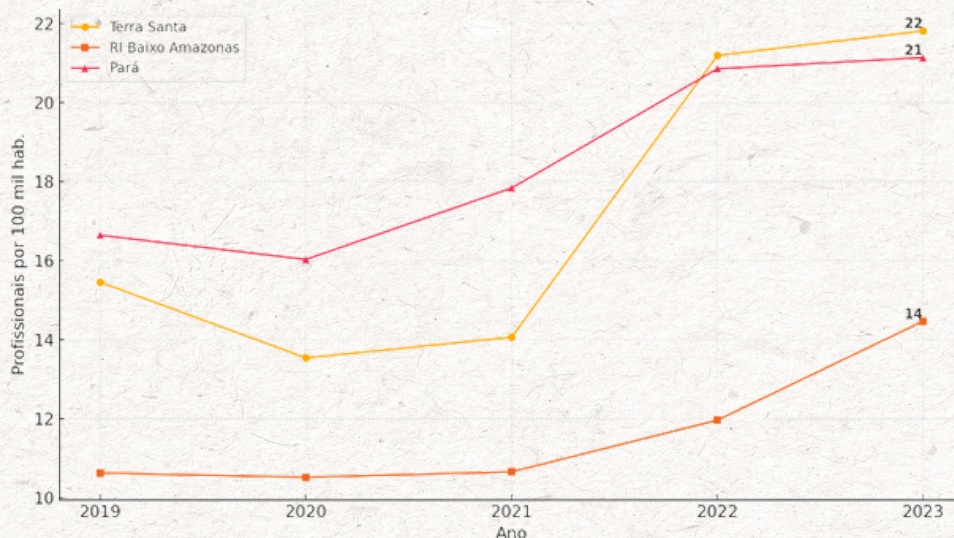
profissionais por 100 mil habitantes em 2019, com pequeno avanço até 2021 e aceleração a partir de 2022, quando atingiu 12,0 e depois 14,0 em 2023. Ainda que o ritmo de crescimento seja mais contido que o de Terra Santa e do estado do Pará, a tendência é positiva e pode sinalizar esforços regionais de interiorização do ensino superior, fortalecimento de centros de pesquisa ou ampliação de vagas em concursos e programas de fomento científico (Gráfico 18).

O estado do Pará teve a evolução mais consistente e equilibrada entre os três recortes. Partiu de 16,7 profissionais por 100 mil habitantes em 2019, atingiu 21,0 em 2022 e alcançou 21,3 em 2023, evidenciando um crescimento



estável ao longo do período. Esse desempenho sugere que houve uma ampliação contínua da presença de cientistas e pesquisadores, possivelmente em razão da expansão das universidades públicas e institutos de pesquisa no estado, bem como maior investimento em ciência, tecnologia e inovação. O fato de Terra Santa ter superado a média estadual a partir de 2022 demonstra que mesmo pequenos municípios podem avançar significativamente em indicadores científicos, desde que haja políticas direcionadas e condições de permanência para os profissionais da área (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

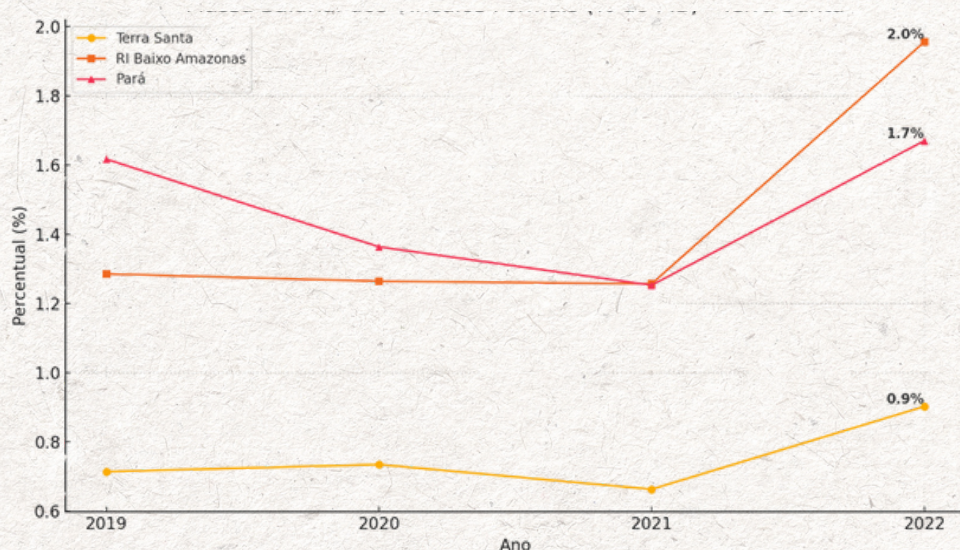
Entre 2019 e 2022, o indicador Massa Salarial dos Vínculos Formais como percentual do PIB em Terra Santa apresentou comportamento oscilante, com leve crescimento ao final do período. Em 2019, a massa salarial representava 0,71% do PIB municipal, subindo discretamente para 0,73% em 2020, mas caindo para 0,66% em 2021 – o menor valor do período, possivelmente reflexo dos impactos econômicos da pandemia. Em 2022, contudo, houve recuperação, com o indicador atingindo 0,9%, o maior valor da série, indicando avanço na formalização do mercado de trabalho e/ou aumento dos rendimentos médios na economia local (Gráfico 19).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, a trajetória foi mais expressiva. O indicador manteve relativa estabilidade entre 2019 (1,29%) e 2021 (1,26%), mas em 2022 saltou para 2% do PIB, superando inclusive o valor registrado no estado do Pará. Esse crescimento acentuado pode indicar uma expansão significativa da base formal da economia regional, com geração de empregos mais bem remunerados ou crescimento mais lento do PIB regional em comparação com o aumento da massa salarial, o que eleva a proporção relativa do indicador (Gráfico 19).

No estado do Pará, o comportamento foi mais estável, com uma leve queda inicial: o

percentual recuou de 1,61% em 2019 para 1,25% em 2021, recuperando-se para 1,7% em 2022. Ainda que a participação da massa salarial no PIB permaneça relativamente baixa, a recuperação observada no último ano da série pode estar relacionada à retomada econômica pós-pandemia, aos reajustes salariais em setores estratégicos ou ao crescimento da formalização em áreas urbanas e industriais. O fato de a RI Baixo Amazonas ter superado a média estadual em 2022 sinaliza um dinamismo regional que merece atenção nas estratégias de desenvolvimento territorial (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

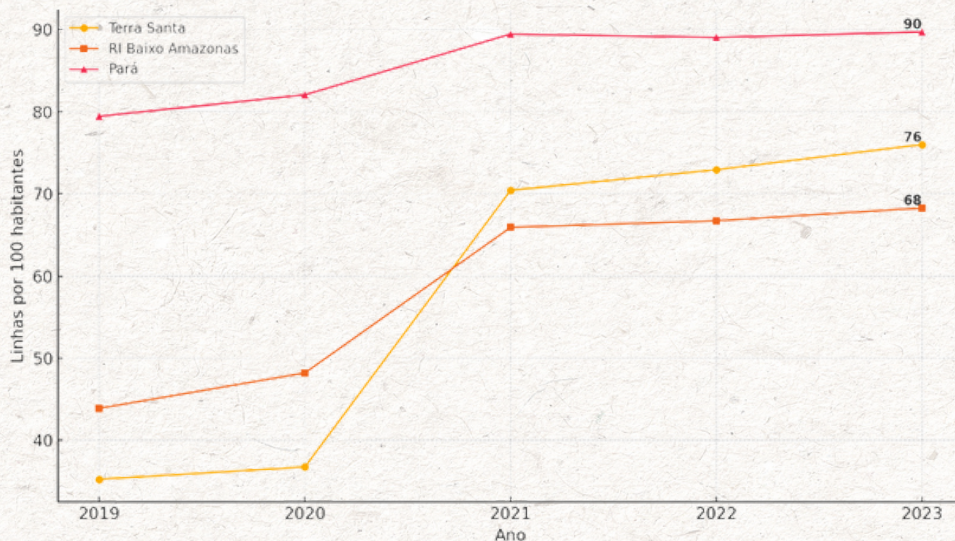
O indicador de acesso à telefonia móvel, medido em linhas por 100 habitantes, apresentou crescimento expressivo em Terra Santa ao longo do período. Em 2019, o município possuía 35 linhas móveis por 100 habitantes, número que se manteve praticamente estável em 2020, mas saltou para 70 em 2021 – um aumento considerável, possivelmente impulsionado pela ampliação da cobertura de sinal, maior demanda por conectividade e políticas de inclusão digital durante a pandemia. O crescimento continuou nos anos seguintes, chegando a 76 em 2023, refletindo um avanço importante na infraestrutura de telecomunicações local (Gráfico 20).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, a evolução foi semelhante, embora menos acentuada. O número de linhas móveis por 100 habitantes passou de 44 em 2019 para 68 em 2023, com crescimento mais gradual. Isso indica progresso no acesso à telefonia móvel, embora em ritmo inferior ao observado em Terra Santa. A melhora pode estar associada à expansão das operadoras para áreas de menor densidade populacional e ao aumento da utilização de dispositivos móveis em substituição a outros meios de comunicação (Gráfico 20).



No estado do Pará, o nível de acesso já era mais elevado desde o início da série, passando de 80 linhas por 100 habitantes em 2019 para 90 em 2023. A alta cobertura revela maior concentração urbana e melhores condições de mercado para operadoras de telecomunicações. Ainda assim, a diferença inicial entre o estado e municípios como Terra Santa diminuiu consideravelmente ao longo do período, o que sugere avanços na redução da desigualdade territorial em conectividade móvel (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 76 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

O comportamento da despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental em Terra Santa foi marcado por oscilações bruscas ao longo do período. Em 2019, o município já apresentava um valor elevado (R\$ 72), que aumentou para R\$ 88 em 2020, sinalizando forte priorização dessas áreas. No entanto, em 2021, houve uma queda abrupta para R\$ 41, possivelmente relacionada aos efeitos da pandemia na reestruturação orçamentária. A partir de 2022, o gasto voltou a crescer, atingindo R\$ 77 em 2023, o que demonstra uma retomada no investimento nessas funções públicas (Gráfico 21).

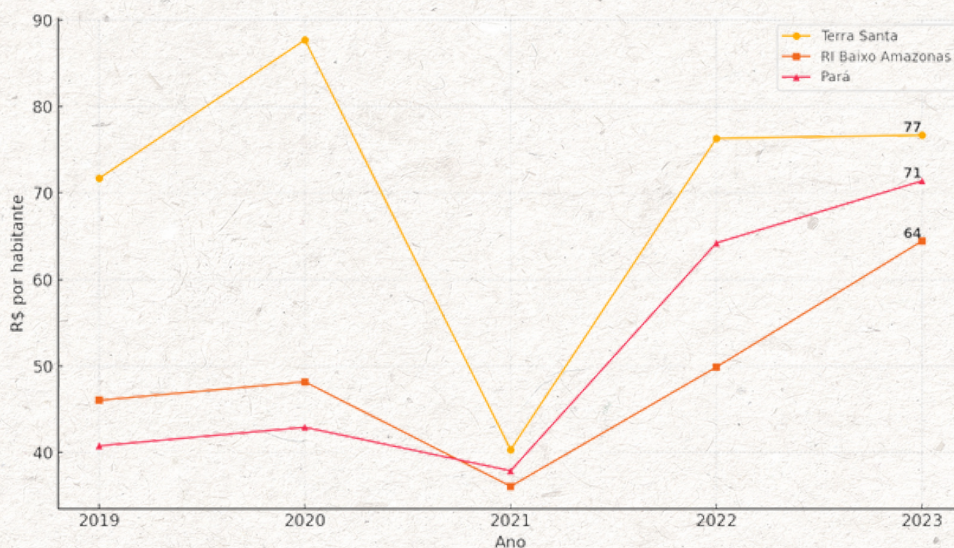
Na Região de Integração Baixo Amazonas, o padrão foi mais moderado, com uma leve elevação entre 2019 (R\$ 46) e 2020 (R\$ 48), seguida por queda em 2021 (R\$ 36) e posterior recuperação até R\$ 64 em 2023. O comportamento sugere um ciclo orçamentário afetado por restrições temporárias, mas com retomada progressiva dos investimentos. Ainda assim, os valores ficaram constantemente abaixo dos observados em Terra Santa, indicando menor capacidade ou prioridade relativa para as funções culturais e ambientais nos demais municípios da RI (Gráfico 21).

Já no estado do Pará, os gas-

tos também oscilaram, partindo de R\$ 41 em 2019 e caindo para R\$ 38 em 2021, mas com recuperação mais intensa a partir de 2022, chegando a R\$ 71 em 2023. O avanço estadual reflete uma revalorização das políticas de cultura e meio ambiente após o impacto da pandemia, alinhando-se possivelmente com diretrizes federais e internacionais de desenvolvimento sustentável. A convergência dos valores estaduais com os de Terra Santa ao final do período mostra um esforço comum de fortalecimento dessas áreas no pós-pandemia (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS 12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



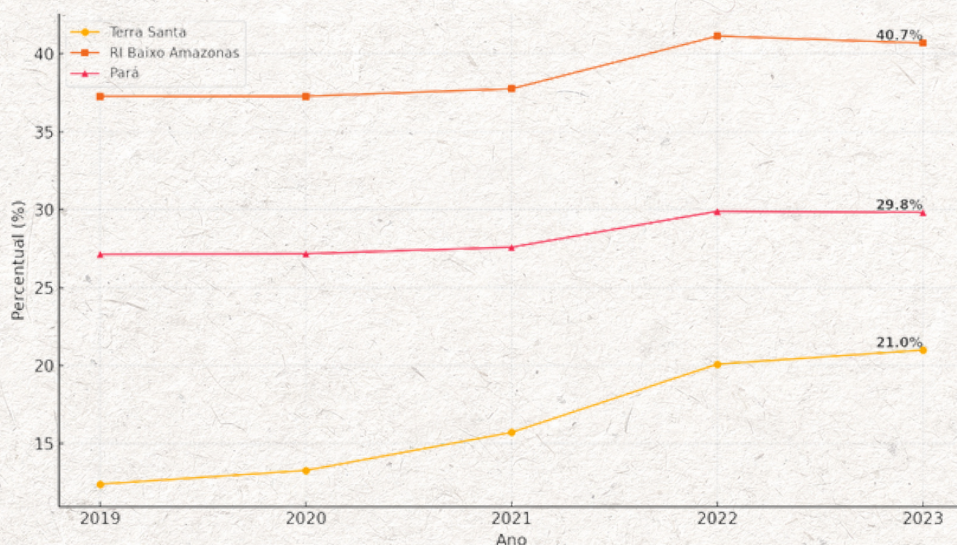
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

O percentual de pessoas de baixa renda que recorrem a práticas como queimar ou enterrar o lixo em Terra Santa cresceu de forma contínua ao longo do período. Em 2019, essa prática era adotada por cerca de 12,3% dessa população, aumentando para 21% em 2023. O aumento de quase nove pontos percentuais em cinco anos evidencia falhas na cobertura da coleta de resíduos sólidos entre os grupos mais vulneráveis, possivelmente associadas à ausência de infraestrutura de saneamento básico e serviços públicos adequados em áreas periféricas ou rurais (Gráfico 22).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador manteve-se em patamar elevado e relativamente estável, partindo de 37,2% em 2019 e encerrando 2023 em 40,7%. A leve elevação ao longo do tempo reforça a persistência do problema e sugere que grande parte da população de baixa renda na região ainda vive em áreas desassistidas, onde a coleta de lixo é inexistente ou irregular. Esses dados indicam a necessidade de políticas mais eficazes de regionalização dos serviços de limpeza urbana e inclusão socioambiental (Gráfico 22).

No estado do Pará, o percentual também subiu, embora de forma mais moderada, passando de 27,1% em 2019 para 29,8% em 2023. A prática de queimar ou enterrar lixo traz riscos à saúde pública e ao meio ambiente, além de representar uma violação do direito básico à gestão adequada de resíduos. A persistência e o crescimento desse indicador exigem ação coordenada entre estados e municípios, com foco em universalizar a coleta e educar para o descarte ambientalmente correto (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

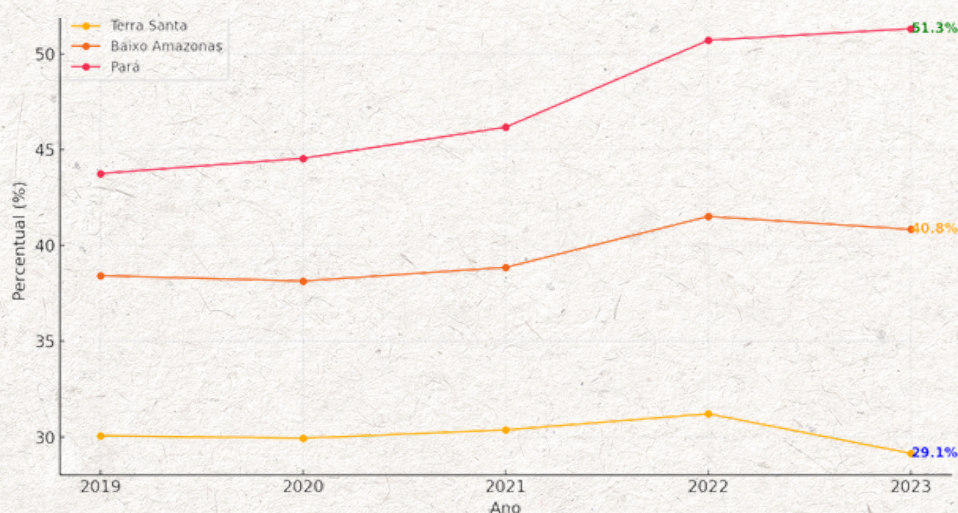
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O percentual de população de baixa renda com fossa rudimentar em Terra Santa manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2022, variando entre 29,7% e 31,2%, e recuando para 29,1% em 2023. Embora essa redução recente seja positiva, o indicador permanece elevado, revelando que quase um terço da população de baixa renda ainda depende de soluções precárias de saneamento, que oferecem riscos significativos à saúde e ao meio ambiente. A estagnação até 2022 pode indicar a ausência de investimentos públicos suficientes para a substituição por sistemas mais seguros, como fossas sépticas ou rede coletora (Gráfico 23).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, a situação é ainda mais crítica. O indicador partiu de 38,4% em 2019, subiu até 41,5% em 2022 e fechou 2023 com uma leve queda, atingindo 40,8%. O patamar elevado e a tendência de crescimento, ainda que tímida, revelam um problema estrutural na região, onde a falta de saneamento adequado persiste entre as populações mais pobres. A permanência de fossas rudimentares como principal forma de esgotamento sanitário indica a necessidade de investimentos prioritários em saneamento rural e periférico, com foco na promoção da saúde pública e qualidade ambiental (Gráfico 23).

No estado do Pará, o indicador também apresentou crescimento contínuo: de 43,8% em 2019 para 51,3% em 2023. Esse aumento acentuado reforça que, mesmo com avanços em áreas urbanas e setores industriais, os benefícios do desenvolvimento econômico não estão alcançando de forma equitativa os territórios mais vulneráveis. Mais da metade da população de baixa renda no estado depende de fossas rudimentares, o que representa um grave desafio para as metas de universalização do saneamento previstas no novo marco legal do setor. A reversão desse cenário exige planejamento territorial, financiamento robusto e ações integradas entre governo e comunidades (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 29,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



Entre 2019 e 2023, os gastos per capita com prevenção de desastres em Terra Santa apresentaram um aumento expressivo, especialmente a partir de 2022. O município iniciou o período com valores relativamente altos (R\$ 586 em 2019 e R\$ 599 em 2020), mas registrou queda em 2021 (R\$ 497), possivelmente refletindo restrições orçamentárias ou reestruturações administrativas. A partir de 2022, houve um salto acentuado para R\$ 1.203 e leve acréscimo em 2023, atingindo R\$ 1.224 por habitante. Esse crescimento pode estar relacionado à ampliação da capacidade

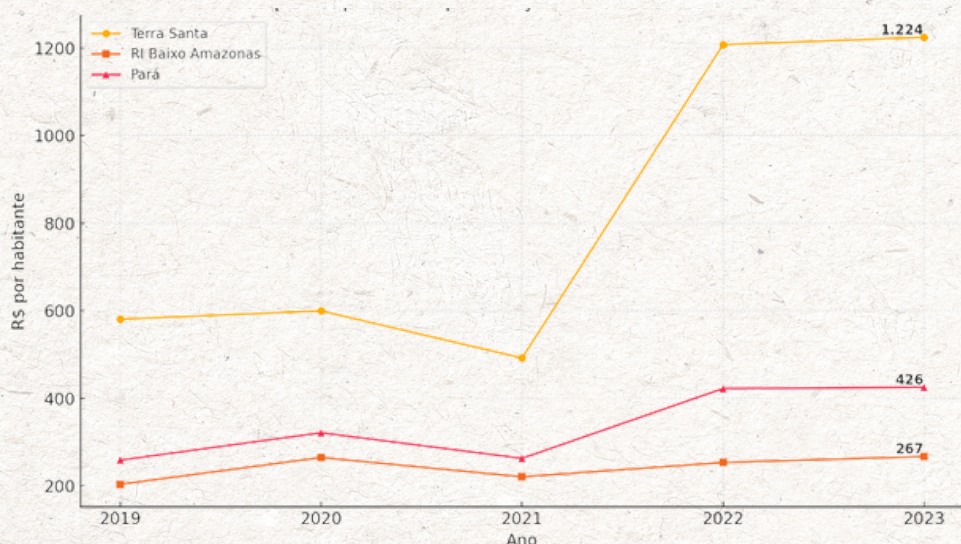
institucional local, à intensificação de políticas de mitigação de riscos ambientais ou à resposta a eventos extremos mais frequentes (Gráfico 24).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, os valores foram significativamente menores ao longo de todo o período, com crescimento mais tímido. Os gastos partiram de R\$ 198 por habitante em 2019, alcançando R\$ 267 em 2023, com leve recuo em 2021. Embora exista uma tendência de aumento, os números mostram que o investimento regional em prevenção de desastres ainda é

modesto, o que pode indicar limitações de orçamento ou menor priorização estratégica do tema em comparação com Terra Santa. A diferença também pode refletir desigualdade na capacidade técnica e financeira entre os entes municipais da RI (Gráfico 24).

O estado do Pará seguiu trajetória intermediária, com elevação dos gastos de R\$ 264 em 2019 para R\$ 426 em 2023, tendo como ponto de inflexão o ano de 2022. A curva estadual reflete um reconhecimento crescente da importância da gestão de riscos e prevenção de desastres, em consonância com os desafios impostos pelas mudanças climáticas e a recorrência de eventos extremos no estado. Apesar da evolução positiva, os valores estaduais ainda estão bem abaixo dos de Terra Santa, o que destaca a excepcionalidade do desempenho do município em comparação com os demais níveis territoriais (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1.224/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

O comportamento da despesa per capita com preservação aquática em Terra Santa foi marcado por certa estabilidade inicial, seguida de forte variação nos últimos anos. De 2019 a 2021, os valores cresceram suavemente, de R\$ 106 para R\$ 123, mas caíram drasticamente em 2022, atingindo apenas R\$ 64. Essa redução pode ter sido provocada por contingenciamentos orçamentários ou priorização de outras áreas frente a restrições fiscais. No entanto, em 2023, houve uma recuperação significativa, com o gasto saltando para R\$ 161 por habitante, sinalizando possível retomada de investimentos em políticas ambientais voltadas à proteção dos recursos hídricos (Gráfico 25).



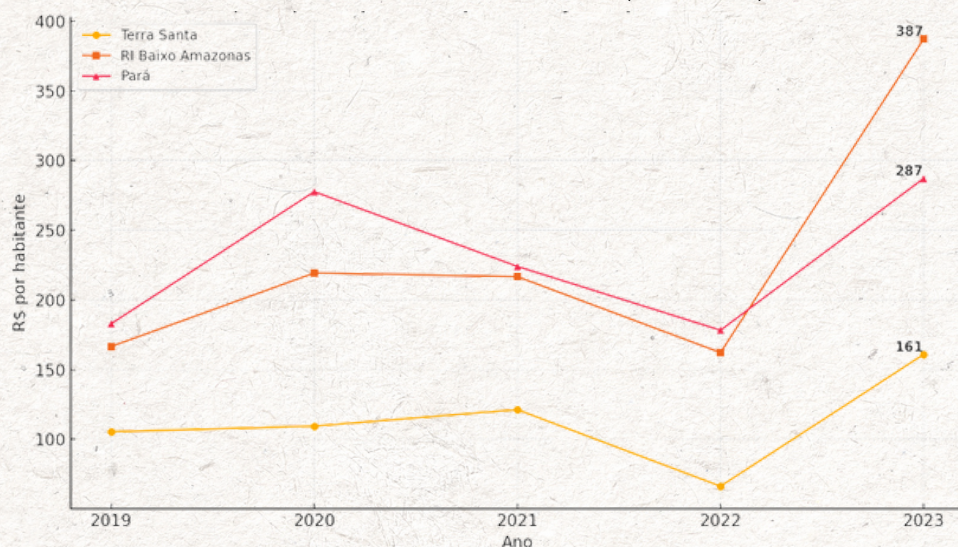
Na Região de Integração Baixo Amazonas, os dados mostram um padrão semelhante ao estadual, com valores consistentemente mais altos que os do município até 2022. A RI iniciou 2019 com R\$ 167, alcançou R\$ 219 em 2020 e sofreu leve queda até 2022 (R\$ 166), mas apresentou um aumento substancial em 2023, atingindo R\$ 387. Esse crescimento expressivo no último ano pode refletir a ampliação de programas voltados à con-

servação de rios e igarapés, fundamentais para a subsistência de comunidades ribeirinhas e para a manutenção da biodiversidade aquática na região (Gráfico 25).

No estado do Pará, a evolução também foi positiva, com altos e baixos ao longo do período. O valor saiu de R\$ 185 em 2019, teve um pico em 2020 (R\$ 279), caiu para R\$ 181 em 2022 e se recuperou em 2023, chegando a R\$ 287. Essa variação pode estar rela-

cionada à alternância entre ciclos de financiamento de projetos ambientais e ajustes na estrutura de gastos públicos. O retorno ao crescimento em 2023 mostra que a agenda de preservação aquática voltou a ganhar prioridade, especialmente em um estado caracterizado por sua imensa riqueza hidrográfica e pela importância estratégica da água para o equilíbrio ecológico e as atividades produtivas locais (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 161/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Terra Santa, o percentual de área coberta por floresta oscilou de maneira moderada entre 2019 e 2023, com uma leve tendência de recuperação ao final da série. O município iniciou o período com 39,8% de seu território florestado em 2019, caindo para o menor valor em 2021 (34,1%), o que indica possível avanço de atividades antrópicas como agricultura ou desmatamento ilegal. No entanto, a partir de 2022, observou-se uma retomada, alcançando 38,8% em 2023 – um patamar próximo ao inicial, que pode estar ligado a políticas de controle ambiental mais eficazes ou regeneração natural de áreas anteriormente degradadas (Gráfico 26).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, a cobertura flo-

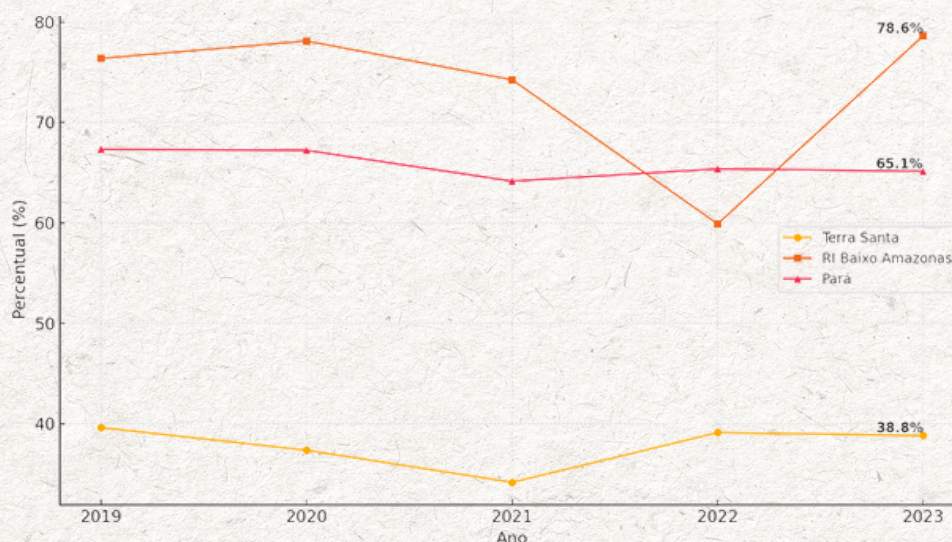
restal manteve-se alta durante o período, com percentuais entre 75,8% e 78,2%. Após uma leve queda em 2021, houve recuperação significativa em 2023, atingindo 78,6% da área total. Essa estabilidade revela que a região ainda preserva grande parte de seus ecossistemas florestais, o que é compatível com sua vasta ex-



tensão territorial e menor densidade populacional. Mesmo assim, o recuo pontual em 2021 pode indicar pressões localizadas que devem ser monitoradas para evitar tendência de degradação (Gráfico 26).

No estado do Pará, o indicador apresentou leve oscilação, variando entre 67,4% (2019 e 2020) e 65,1% em 2023. A tendência de queda reflete o avanço contínuo de frentes de desmatamento, sobretudo nas regiões de expansão agropecuária e exploração madeireira. Embora a área florestada ainda represente uma parcela significativa do território estadual, a perda acumulada ao longo dos anos acende um alerta para o risco de comprometimento da integridade ecológica do bioma amazônico. A estabilização em 2022 e 2023 pode sinalizar algum efeito de políticas públicas ou pactos de combate ao desmatamento ilegal (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 38,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

No município de Terra Santa, o percentual de área desmatada teve um crescimento sutil e progressivo durante o período, passando de 19,2% em 2019 para 20,2% em 2023. Embora os valores não tenham apresentado grandes variações, a tendência de aumento contínuo sugere pressão constante sobre a cobertura vegetal, especialmente em áreas de expansão agrícola ou pecuária. O crescimento do desmatamento, mesmo que gradual, indica a necessidade de ações preventivas para conter a substituição da vegetação nativa por usos econômicos não sustentáveis (Gráfico 27).

Na RI Baixo Amazonas, a evolução do indicador foi marcada por uma estabilidade inicial, com cerca de 6,7% de área desmatada entre 2019 e

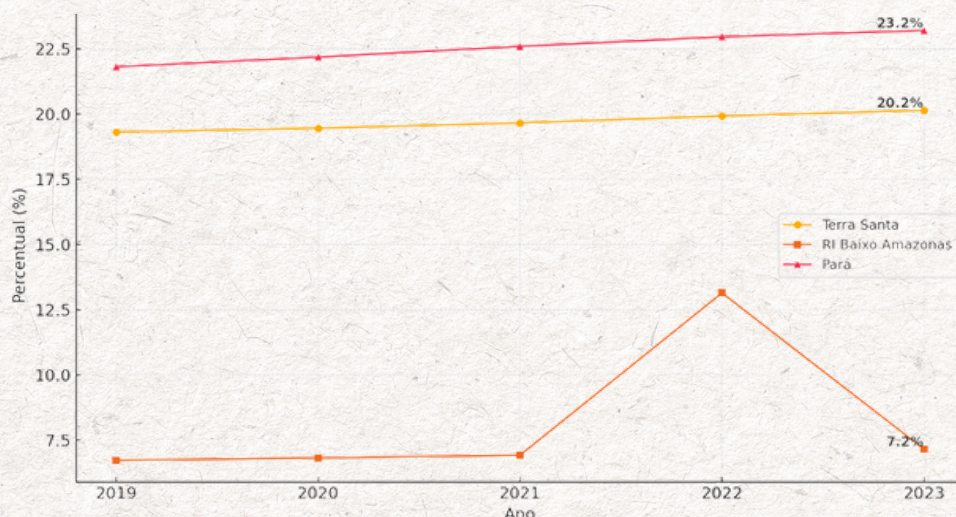
2021, seguida por um pico atípico em 2022 (13,2%) e queda abrupta em 2023 (7,2%). Esse comportamento pode refletir episódios pontuais de desmatamento intensivo em determinados municípios da região, talvez impulsionados por abertura de áreas para lavouras ou infraestrutura, revertidos no ano seguinte por medidas de fiscalização, embargos ou desaceleração de atividades produtivas. A variação repentina sugere vulnerabilidade à pressão econômica e necessidade de fortalecimento do monitoramento territorial (Gráfico 27).

O estado do Pará apresentou crescimento constante no percentual de área desmatada, de 21,7% em 2019 para 23,2% em 2023. Essa trajetória indica um processo cumulativo de degradação

florestal, que acompanha o avanço da fronteira agrícola no estado. Embora o crescimento anual seja discreto, o efeito acumulado é expressivo e representa uma ameaça concreta aos serviços ecossistêmicos prestados pela floresta, como regulação climática, proteção da biodiversidade e recursos hídricos. O dado ressalta a urgência de estratégias estaduais mais eficazes para conter o desmatamento e promover alternativas econômicas sustentáveis (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

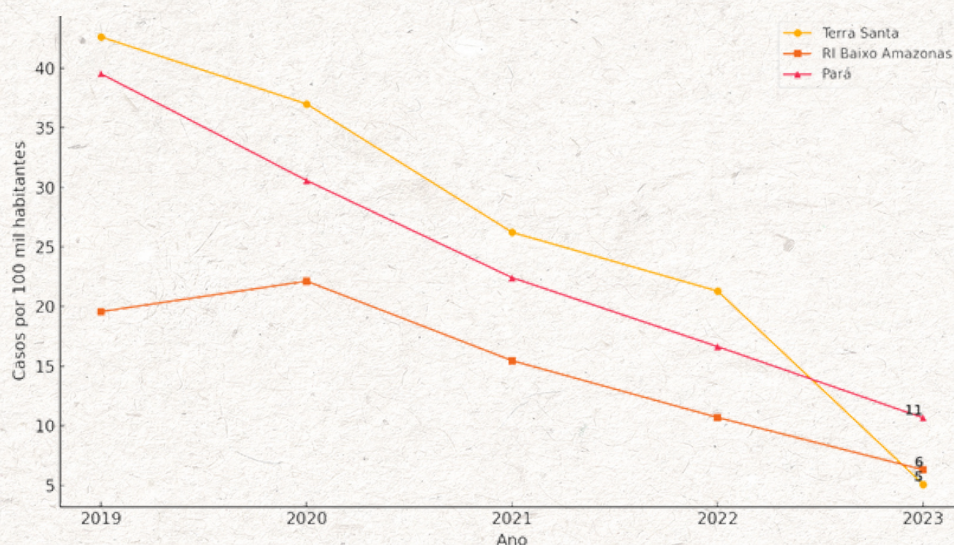
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Terra Santa apresentou uma redução acentuada nos casos de trabalho infantil, passando de 42,5 casos por 100 mil habitantes em 2019 para apenas 5,7 em 2023. Esse declínio expressivo, especialmente entre 2022 e 2023, indica o possível impacto de políticas públicas direcionadas, como programas de transferência de renda, ações de fiscalização do trabalho e iniciativas de inclusão escolar. A queda contínua ao longo dos anos demonstra um progresso relevante no combate à exploração do trabalho precoce na região (Gráfico 28).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador seguiu uma tendência geral de queda, embora tenha oscilado levemente em 2020. Os dados mostram uma redução de 19,6 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 6,1 em 2023. O avanço foi gradual, o que pode indicar um processo mais lento de implementação de políticas de erradicação do trabalho infantil ou maior dispersão territorial das situações de vulnerabilidade. Mesmo assim, os números finais apontam para uma melhoria considerável na condição das crianças e adolescentes da região (Gráfico 28).

O estado do Pará como um todo também apresentou redução constante nesse indicador, saindo de 39,5 em 2019 para 11,2 casos por 100 mil habitantes em 2023. O comportamento da curva sugere que as estratégias estaduais de proteção à infância estão surtindo efeito, com queda uniforme ano após ano. Ainda que o estado tenha iniciado o período em patamar elevado, semelhante ao de Terra Santa, conseguiu convergir para um nível próximo ao da média nacional, reforçando a importância da articulação entre governo estadual, municípios e sociedade civil na superação desse grave problema social (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

O comportamento da taxa de homicídios em Terra Santa revela uma trajetória de forte crescimento. Em 2019, o município registrava 15,8 homicídios por 100 mil habitantes, mas esse número caiu drasticamente para 5,1 em 2020 e permaneceu nesse patamar em 2021. Contudo, a partir de 2022 houve uma inversão de tendência, com a taxa subindo para 21,3 e alcançando 32 em 2023 — um aumento preocupante. Essa elevação pode estar associada a fatores como conflitos agrários, expansão de facções criminosas ou falhas nos sistemas de segurança pública e prevenção à violência

(Gráfico 29).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador variou menos drasticamente, oscilando entre 11,8 e 16,1 homicídios por 100 mil habitantes ao longo do período. A leve elevação entre 2020 e 2022 foi revertida parcialmente em 2023, quando a taxa caiu para 13,3. Isso sugere que, embora haja variações locais, a região apresenta uma estabilidade relativa no enfrentamento à violência letal, possivelmente apoiada por presença institucional, cooperação entre municípios e ações de policiamento comunitário ou repres-

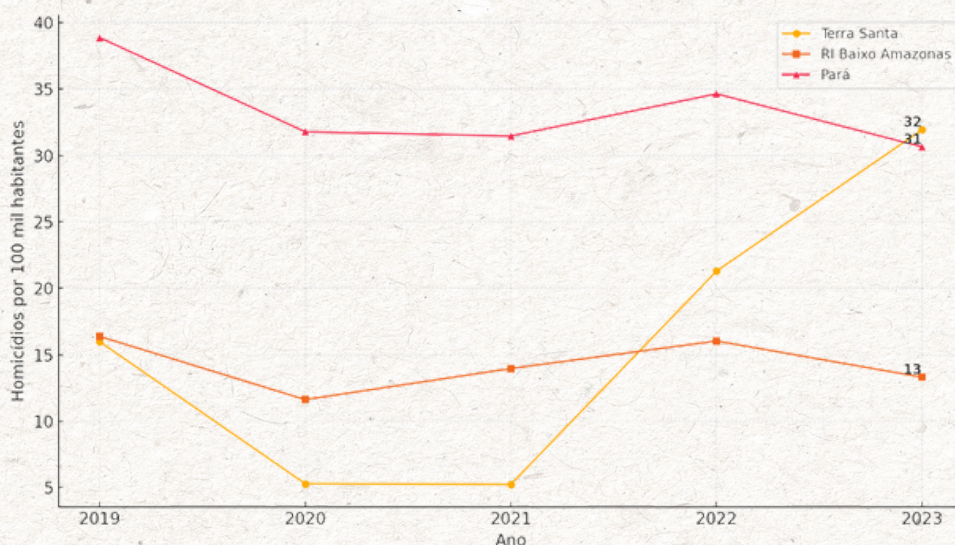
críticas (Gráfico 29).

No estado do Pará, a taxa permaneceu elevada durante todo o período, com tendência de ligeira queda. Em 2019, o estado registrava 38,8 homicídios por 100 mil habitantes, caindo para 31,2 em 2023. Ainda que a redução seja positiva, o patamar continua alarmante, refletindo o contexto estrutural de violência que afeta o estado, com raízes em desigualdades sociais, tráfico de drogas e fragilidade do aparato judicial em algumas regiões. A comparação com Terra Santa é reveladora: enquanto o município conseguiu manter taxas baixas até 2021, seu

salto recente pode sinalizar uma interiorização da violência que exige resposta imediata e articulada (Gráfico 29).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 32 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o gasto público municipal como percentual do PIB em Terra Santa apresentou crescimento contínuo e expressivo, saltando de 15,0% para 22,8%. Essa trajetória indica um aumento significativo da participação dos dispêndios públicos locais na economia municipal, o que pode refletir tanto um incremento real nos investimentos e despesas correntes quanto uma estagnação ou crescimento tímido do PIB local em relação à expansão do gasto. O salto mais acentuado ocorreu entre 2020 e 2021, sugerindo uma possível resposta fiscal à crise provocada pela pandemia da COVID-19, com aumento de gastos em saúde, assistência social e apoio eco-

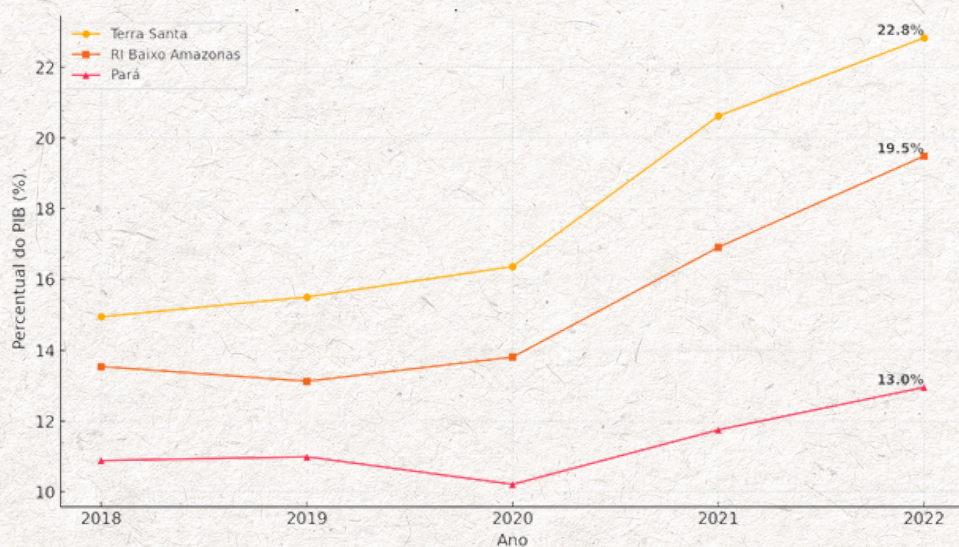
nômico (Gráfico 30).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi semelhante, embora em patamar inferior. O percentual partiu de 13,5% em 2018 e atingiu 19,5% em 2022. A curva mostra um crescimento mais gradual até 2020, seguido de aceleração nos anos posteriores. Isso pode indicar que os municípios da região, ainda que com menor intensidade do que Terra Santa, também expandiram sua atuação fiscal, seja por meio de transferências intergovernamentais, aumento da arrecadação própria ou maior execução de políticas públicas diante das necessidades sociais crescentes no período (Gráfico 30).

No estado do Pará, a evolu-

ção foi mais moderada. O percentual de gasto público municipal sobre o PIB passou de 10,9% em 2018 para 13,0% em 2022, mantendo-se ao longo do período como o menor entre os três recortes territoriais. Essa diferença pode refletir a maior participação da economia estadual em atividades intensivas em capital (como mineração e exportações), que elevam o PIB mas não necessariamente aumentam a base tributária ou a capacidade de gasto dos municípios. A tendência, no entanto, aponta uma leve elevação, o que pode representar esforços dos municípios para ampliar sua atuação frente a demandas sociais e de infraestrutura (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa em Terra Santa apresentou um crescimento expressivo, especialmente entre 2021 e 2022, quando passou de apenas 1,0 para 11,8 pontos por 100 habitantes – um salto de mais de 1.000% em apenas um ano. Esse avanço pode estar associado à chegada de infraestrutura de fibra óptica ou à expansão de políticas públicas e parcerias privadas para melhoria da conectividade, impulsionadas possivelmente pela necessidade de acesso digital durante a pandemia de COVID-19. Em 2023, no entanto, houve uma leve retração para 9,0 pontos, o que pode indicar estabilização da demanda ou dificuldades de manutenção e

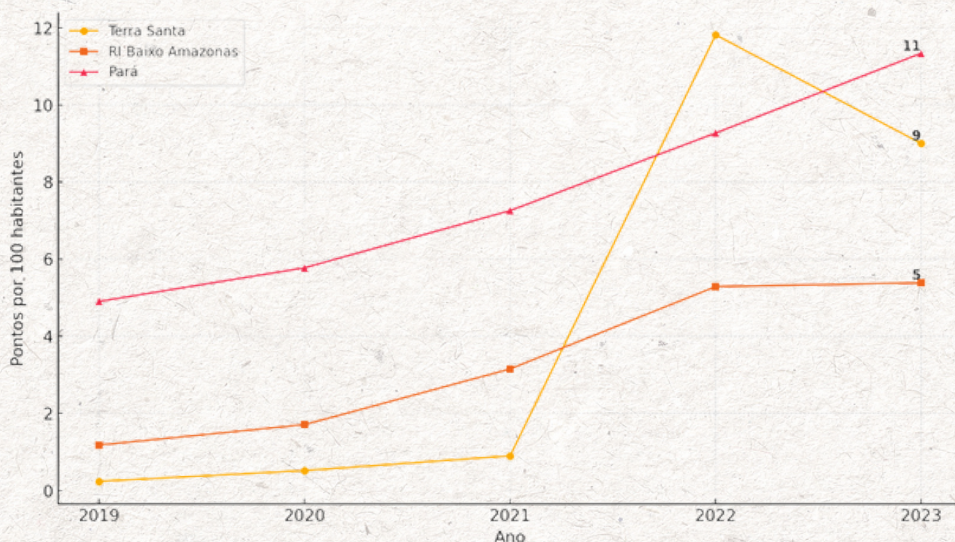
expansão do serviço (Gráfico 31).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, a evolução do indicador foi constante, embora em ritmo mais moderado. O número de pontos de banda larga fixa por 100 habitantes cresceu de 1,2 em 2019 para 5,0 em 2023, com um avanço mais acelerado entre 2020 e 2022. Essa tendência reflete um progresso gradual na interiorização da infraestrutura de telecomunicações, mas ainda revela desigualdades no acesso digital em relação a outras regiões do estado. A taxa ainda modesta em 2023 mostra que muitas localidades permanecem em situação de conectividade limitada (Gráfico 31).

No estado do Pará, o comportamento foi de crescimento sustentado durante todo o período, saltando de 4,9 pontos em 2019 para 11 em 2023. A evolução positiva do estado indica ampliação significativa da infraestrutura de banda larga fixa e crescente demanda por serviços digitais, seja para educação, trabalho remoto, comércio eletrônico ou acesso a serviços públicos. Apesar disso, o dado também revela disparidades internas: enquanto o estado atinge médias superiores, municípios como os da RI Baixo Amazonas ainda estão distantes da média estadual, evidenciando a importância de políticas públicas direcionadas para inclusão digital territorialmente equilibrada (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



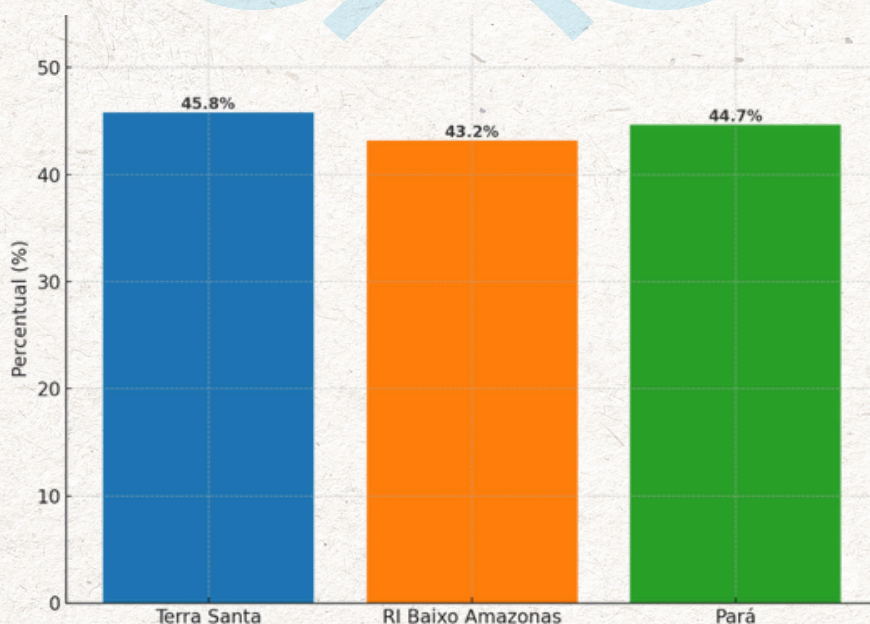
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Terra Santa** registrou um IDS de **45,8%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Terra Santa x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multisetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.

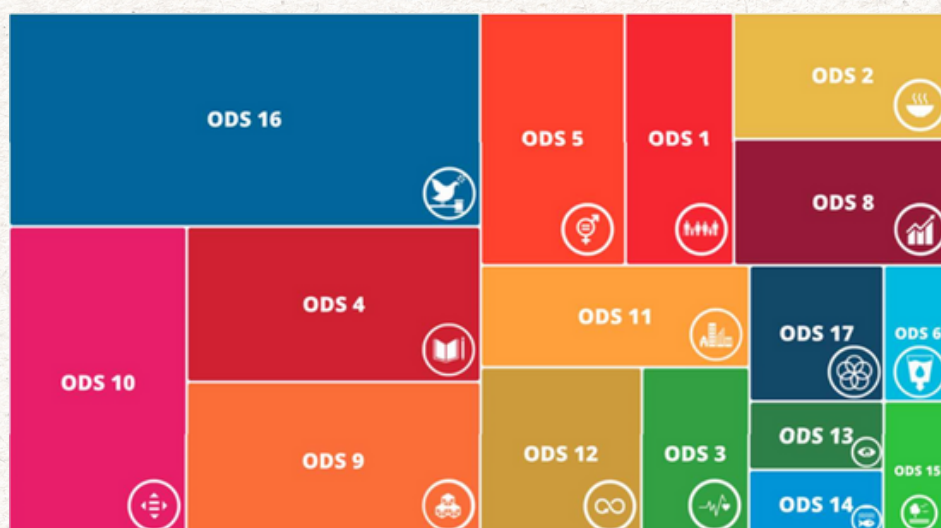


Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Terra Santa na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Terra Santa e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

